



BOLSONADA  
É O VÍRUS  
QUE MAIS MATA  
NO BRASIL  
FORA GENOCIDA!

# Editorial

## Anestesia

O desastre sanitário da COVID-19 no Brasil completará um ano e cinco meses até o fim de junho deste ano. Um ano e meio de vidas ceifadas, feridas, arranhadas, prejudicadas por um vírus para o qual já existe vacina. Uma doença que Jair Bolsonaro, voluntariamente, se recusou a frear, através do negacionismo, da negligência, da – mais do que óbvia – incompetência. Para além disso, um chefe de Estado que coloca um preço sobre a vida de seus cidadãos sob a vazia (e incoerente) argumentação de “salvar a economia” só pode ser classificado como uma pessoa má.

E a pior parte é: se acostumar com a maldade. Não apenas com a maldade ressonante do Palácio da Alvorada, mas com todas as problemáticas que já se faziam presentes na sociedade brasileira. Nos acostumamos com o racismo e a chacina do povo negro, como ocorreu com Kethlen e Jacarezinho. Com a fome, que atingiu 19 milhões de brasileiros em 2020, de acordo com levantamento feito em audiência da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados. Com o massacre dos povos indígenas, dizimados pela destruição ambiental dos garimpos e extrativismo. Com o atropelo capitalista, cujos frutos são empresários que afirmam que a economia “não pode parar por 5 ou 7 mil mortes” (nem se imaginava o tamanho da tragédia) que o coronavírus poderia causar no país.

Toda forma de vida humana foi banalizada no Brasil diante de nossos olhos. O luto virou rotina; o pesar, cotidiano. Pela primeira vez, em abril deste ano, a região Sudeste do país registrava mais óbitos do que nascimentos; Rio Grande do Sul também teve a mesma marca. De forma a repetir o questionamento feito pela jornalista Eliane Brum, em coluna para o *El País*: “Como pode barrar seu próprio genocídio um povo que se acostumou a morrer?”.

Mais do que nunca, o simples ato de estar vivo é revolucionário. Sobreviver a informações falsas, à negação da ciência, às ameaças à democracia. Suportar (o termo “suportar”, neste caso, seria risível) a dor, o luto, a barbárie. A perda de nossos queridos, e de nós mesmos.

A sobrevivência, apesar de todos os pesares, só é possível quando a vida recebe seu devido valor, que não pode ser mensurado nem em reais, dólares, ou qualquer outra métrica material. Quando se luta por ela, não há espaço para anestésias emocionais. Na absoluta ausência de certeza sobre o dia de amanhã, seja pela falta de comida no prato, seja pelo medo de uma bala nas periferias ou em reservas, ou pela contaminação de um vírus, o povo há de reclamar o que é seu por direito. A tristeza e a raiva devem ser canalizadas em organização política e social. A revolta deve ser revolução.

E, claro, revoluções devem ser televisionadas e merecem a manchete dos impressos; não que tenha sido o caso da mídia hegemônica brasileira na cobertura do gigante 29 de maio, muito pelo contrário. É dever dos comunicadores sociais reportar a indignação popular, o anseio pelas mudanças na sociedade e, o mais importante, deixar claro de onde vem esse desejo. O desejo legítimo (e revolucionário) de querer estar vivo.

### PUC PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP)

**Reitora** Maria Amalia Pie Abib Andery  
**Vice-Reitor** Prof. Dr. Pedro Paulo Teixeira Manus  
**Pró-Reitor de Pós-Graduação** Márcio Alves da Fonseca  
**Pró-Reitora de Graduação** Alexandra Fogli Serpa Geraldini  
**Pró-Reitora de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão** Marcia Flaire Pedroza  
**Pró-Reitora de Educação Continuada** Profa. Dra. Altair Cadrobbi Pupo  
**Chefe de Gabinete** Mariangela Belfiore Wanderley

### FACULDADE DE FILOSOFIA, COMUNICAÇÃO, LETRAS E ARTES (FAFICLA)

**Diretora** Angela Brambillia P. Lessa  
**Diretor Adjunto** Cristiano Burmester  
**Chefe do Departamento de Comunicação** Urbano Nobre Nojosa  
**Vice-chefe do Departamento de Comunicação** Mii Saki Tanaka  
**Coordenador do Curso de Jornalismo** Fabio Cypriano

### EXPEDIENTE CONTRAPONTO

**Editora Responsável** Anna Flávia Feldmann  
**Editora assistente** Ligia de Toledo Saicali  
**Fotografia** Sarah Catherine Camara de Seles  
**Mídias Sociais** Sabrina Alvares  
**Produção** Raul Vitor

#### Editorias

**Cidades** Sarah Catherine Camara de Seles  
**Cultura** Isabella Marinho dos Santos  
**Esportes** Sofia Aguiar  
**Internacional** Manuela Nicotero Pestana  
**Moda** Guilherme de Beauharnais  
**Política** Giovanna Colossi

**Revisão** Alexa Reichmann, Beatriz Aguiar, Gabriella Lopes, Giovanna Colossi, Isabela Mendes, Laura Mariano, Ligia de Toledo Saicali, Manuela Nicotero Pestana, Raíssa Haddock Lobo, Raul Vitor, Sabrina Alvares, Sofia Aguiar e Victoria Oliveira

**Comitê Laboratorial** Cristiano Burmester, Fabio Cypriano, José Arbex Jr., Maria Angela Di Sessa e Pollyana Ferrari

**Ombudsman** Rute Pina

**Foto da capa** Pedro Galavote

**Projeto e diagramação** Alline Bullara

**Contraponto** é o jornal-laboratório do curso de Jornalismo da PUC-SP.

Rua Monte Alegre 984 – Perdizes  
CEP 05014-901 – São Paulo-SP  
Fone (11) 3670-8205

Ed. Número 128 – Maio/Junho de 2021



© Hadass Leventhal

## Política

CPI da Covid: governo em xeque .....	4
Em meio à pandemia, fome cresce no Brasil.....	6
25 anos após massacre de Eldorado do Carajás, conflitos no campo voltam a crescer sob governo Bolsonaro .....	8
Centro de amparo para mulheres sofre ameaça de despejo em Mauá.....	9
Os desafios da responsabilidade parental unilateral.....	10
Agressões ao Coletivo Glamour da PUC-SP: a LGBTfobia invisibilizada .....	11
Homofobia e colonização: a questão LGBTQIA+ dentro das aldeias indígenas .....	12

Ensaio de fotos ..... 14

## Economia

O fortalecimento do empreendedorismo feminino..... 16



© Mario Tama/Getty Images

## Internacional

O impacto da pandemia do Coronavírus no cenário aéreo brasileiro .....	17
A carne mais barata do mercado é a carne negra .....	18
Biden reconhece como genocídio o massacre da população armênia em 1915.....	20
Epicentros do coronavírus, Brasil e Índia são consequências do descaso governamental.....	22

## Cultura e comportamento

A ascendência de predadores virtuais de ingenuidade e inocência.....	23
OnlyFans acompanha crescimento dos serviços sexuais durante a pandemia.....	24
São novos tempos... até para o mundo <i>geek</i> .....	26
Exportação do pop brasileiro para o mundo .....	28



© Reprodução

## Moda

A história da moda e seus diferentes corpos .....32



© Reprodução/Instagram @pifitici

## Esportes

Unidos pelo amor, separados pelo dinheiro: Superliga e a comercialização do futebol.....	34
A nova realidade dos brasileiros no automobilismo mundial .....	36

# CPI da Covid: governo em xeque

**Investigação das ações e omissões do governo Bolsonaro pode impactar o cenário eleitoral para 2022**

Por Ana Carolina Coelho, Ana Kézia Carvalho, Luan Leão e Tábata Santos

A Comissão Parlamentar de Inquérito, mais conhecida como CPI, é conduzida pelo Senado, que não tem o poder de julgar, nem competência para punir, mas pode investigar fatos determinados com base no interesse público.

A criação da CPI da Covid-19 se deu após o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) solicitar a investigação das ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia e do colapso da saúde no estado do Amazonas, e o senador Eduardo Girão (Podemos-CE) requerer a investigação da aplicação de recursos federais repassadas aos estados e municípios no combate à pandemia.

No Senado, os membros da CPI podem realizar diligências, convocar ministros de Estado, inquirir testemunhas, ouvir indiciados, tomar depoimento de qualquer autoridade, requisitar de órgão público informações ou documentos de qualquer natureza e ainda requerer ao Tribunal de Contas da União (TCU) a realização de inspeções.

Ao final dos trabalhos, a Comissão deve produzir um relatório de conclusão e encaminhar ao Ministério Público ou à Advocacia-Geral da União (AGU), para que haja a responsabilização civil e criminal dos possíveis infratores.

A CPI da Covid conta com 18 integrantes, sendo 11 titulares e 7 suplentes. Dos titulares, cinco se identificam como independentes. São eles: Eduardo Braga (MDB-AM), Renan Calheiros (MDB-AL), Otto Alencar (PSD-BA), Omar Aziz (PSD-AM) e Tasso Jereissati (PSDB-CE). Outros quatro senadores se identificam como governistas: Marcos Rogério (DEM-RO), Eduardo Girão (Podemos-CE), Jorginho Mello (PL-SC) e Ciro Nogueira (PP-PI), enquanto dois fazem oposição ao Governo: Randolfe Rodrigues (REDE-AP) e Humberto Costa (PT-PE).

Vale destacar que os cinco Senadores identificados como independentes têm posições críticas ao governo. Os senadores suplentes são: Jader Barbalho – independente (MDB-PA), Angelo Coronel – independente (PSD-BA), Marcos do Val – governista (Podemos-ES), Zequinha Marinho – governista (PSC-PA), Luiz Carlos Heinze – governista (PP-RS), Rogério Carvalho – oposição (PT-PE) e Alessandro Vieira – oposição (Cidadania-ES).

Por acordo da maioria dos senadores titulares, o senador Omar Aziz (PSD-AM) foi eleito presidente. Randolfe Rodrigues (REDE-AP) é vice. Ainda em decorrência

desse acordo, Aziz nomeou Renan Calheiros (MDB-AL) como relator da CPI.

Político folclórico, o senador Renan Calheiros andou longe dos holofotes. Surfando a onda da CPI, Renan tem aproveitado as atenções voltadas à Comissão para mostrar serviço. Na sessão do dia 12 de maio, o relator substituiu o nome da placa que o identifica pelo número de vítimas acometidas pela Covid-19 até a data em questão. Desde então, ele aparece diariamente com o número atualizado de vítimas fatais no país.



© Jefferson Rudy/Agência Senado

**Relator da CPI da Covid, Renan Calheiros (MDB-AL) substituiu placa que normalmente teria seu nome, por uma mostrando números de mortos até 14/05**

## Os ministros médicos

À frente do Ministério da Saúde entre o período de 1º de janeiro de 2019 a 16 de abril de 2020, o Luiz Henrique Mandetta foi o primeiro interrogado e passou mais de sete horas em depoimento à CPI da Covid. Esmiuçou os procedimentos adotados contra a pandemia durante sua gestão e atribuiu ao Governo a responsabilidade pelas investidas em práticas anticientíficas no enfrentamento da crise sanitária.

Mandetta apontou a existência de uma “assessoria paralela” que aconselhava o presidente, na qual o vereador e filho do presidente, Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), participava, além de relatar detalhes sobre a reunião que tratava a discussão de uma minuta para a mudança na bula da cloroquina.

Já Nelson Teich permaneceu responsável pela pasta da Saúde por 28 dias. Em seis horas de depoimento, o ex-ministro detalhou as motivações que culminaram no pedido de demissão do cargo. Dentre elas, destaca-se a recomendação, por parte do Governo, de medicamentos ineficazes contra o coronavírus e a inexistência

de políticas de distanciamento social. Teich também avaliou a conduta do Executivo na pandemia da Covid-19 e, assim como Mandetta, alegou a existência de um “conselho paralelo”.

O quarto ministro do governo Bolsonaro foi ouvido na condição de testemunha. Durante seu depoimento, Marcelo Queiroga pediu “voto de confiança” ao seu comando no Ministério da Saúde. Demonstrou ser contra aglomerações, inclusive as promovidas pelo Governo, e garantiu possuir boas relações e contratos para compra de vacina com a Pfizer. Também afirmou concordar com a decisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) acerca da não recomendação de importação da vacina russa Sputnik V. Recusou-se a dialogar acerca das polêmicas envolvendo o uso da cloroquina.

## O pessoal da vacina

O presidente da Anvisa, Antônio Barra Torres, confirmou a realização de uma reunião no Palácio do Planalto que visava discutir mudanças na bula da cloroquina; reunião essa já mencionada pelo ex-ministro Mandetta, em que se discutia incluir o remédio como tratamento para o coronavírus, mesmo sem comprovação científica. Barra Torres ainda comentou acerca da recusa, por parte da Anvisa, à liberação da vacina russa Sputnik V e a indiana Covaxin, alegando que ambas não apresentavam os requisitos necessários para aprovação, e que a decisão não teve influência externa.

Carlos Murillo, presidente da Pfizer na América Latina, afirmou em depoimento que, ainda em 2020, cinco ofertas de vacinas foram ignoradas pelo Brasil e que os contatos foram iniciados em maio. Murillo também detalhou todas as ofertas de vacina feitas pela Pfizer, que só foram aceitas no sétimo pedido, em março de 2021. Ele também confirmou a presença de Carlos Bolsonaro na reunião de negociação das vacinas, fato omitido no depoimento de Fabio Wajngarten.

## Os negacionistas

O ex-secretário de Comunicação da Presidência, Fabio Wajngarten, na posição de testemunha, alegou para a revista Veja que a “incompetência do Ministério atrasou a compra de vacinas”. Porém, durante as oito horas de depoimento, saiu em defesa do Governo e fez elogios ao ex-ministro da saúde Eduardo Pazuello.

Wajngarten ainda expôs a demora de dois meses na resposta à carta enviada pelo presidente da Pfizer, mas entrou em contradição várias vezes e foi desmentido

ao longo do interrogatório. O ex-ministro recebeu pedido de prisão por Renan Calheiros, no entanto, a ação foi negada por Omar Aziz.

Ernesto Araújo, ex-ministro das Relações Exteriores, que se manteve na pasta até março de 2021, afirmou em seu depoimento que foi aconselhado a deixar o cargo por pressão do Congresso. O ex-chanceler é conhecido pela atuação conflituosa em relação às declarações do Governo, que depreciaram a China. Ele também confirmou ter participado de negociações para o fornecimento de cloroquina ao Brasil, mesmo sem comprovação científica da eficácia. Araújo também foi cobrado pela atuação do Itamaraty na crise do Amazonas.

Dividido em duas partes, o depoimento do ex-ministro da saúde Eduardo Pazuello foi marcado pela responsabilização nas decisões tomadas durante o enfrentamento da Covid-19 no Brasil. Ele afirmou que o presidente participou da decisão de não interferir na saúde pública do Amazonas e culpou a secretaria estadual de saúde pela falta de oxigênio em Manaus. Pazuello ainda alegou ter respondido cartas da Pfizer, ser defensor do distanciamento social e que, apesar de não ser da área médica, não houve incompetência durante sua gestão.

Entre os depoimentos agendados para os próximos dias encontramos nomes como, da Secretária de gestão do Trabalho e da Educação na Saúde Mayra Pinheiro, mais conhecida como “Capitã Cloroquina”; Dimas Covas, diretor do Butantan; Hélio Angotti Neto, secretário do Ministério da Saúde; João Paulo Marques, ex-secretário-executivo da Secretaria de Saúde do Amazonas; a médica Nise Yamaguchi e Nísia Trindade, presidente da Fiocruz.

### Habeas Corpus e a CPI da Covid

No dia 14 de maio, o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, concedeu um habeas corpus preventivo que garantia ao ex-ministro Pazuello o direito de se manter em silêncio diante da CPI da Covid. O ex-ministro, contudo, respondeu a todos os questionamentos do relator e dos senadores.

Pazuello utilizou o habeas corpus para faltar com a verdade e blindar o presidente Jair Bolsonaro (sem partido), das acusações sobre a omissão do Governo Federal em relação à pandemia, segundo integrantes da CPI.



Sérgio Lima/AFP

Ex-ministro da saúde, Eduardo Pazuello com a máscara de forma incorreta durante depoimento à CPI da Covid

Mayra Pinheiro pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) um pedido de *habeas corpus*, com intenção de garantir o direito de se manter calada em relação a perguntas que possam gerar provas contra si, no depoimento marcado para o dia 25 de maio. Após a recusa do primeiro pedido de *habeas corpus*, a secretária recorreu da decisão e o ministro do STF, Ricardo Lewandowski, reconsiderou, permitindo que ela ficasse em silêncio quanto aos fatos ocorridos entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021.

### Cenário Eleitoral para 2022

Professor de política da PUC-SP, Rafael de Paula Aguiar Araújo, afirma ao **Contraponto** que a base governista vê na CPI um meio de dialogar com seus apoiadores, criando narrativas paralelas. “Criam e difundem *fake news* com o intuito de criar uma narrativa diferente da mídia tradicional e da oposição sobre a CPI, para circular nessas bolhas de apoio. Essas estratégias são eficientes para um grupo específico, que apoia cegamente o Planalto.”

Apesar dessa estratégia, Rafael avalia que independentemente do relatório, existe um desgaste expressivo na imagem do governo. “A CPI já tem afetado sua imagem [do Presidente]. As intenções de voto caíram e o número de aprovação ao governo também. Não acredito que resultará em impeachment, a articulação do governo tem sido eficiente nesse sentido, então

os senadores da oposição deverão apostar nessa sangria causada pela CPI, prolongando-a o quanto possível”.

O desgaste na imagem do presidente Jair Bolsonaro e as diversas situações que a CPI vem comprovando com os depoimentos são evidenciados na última pesquisa do Instituto DataFolha sobre intenção de voto para 2022, na qual o ex-presidente Lula (PT), agora elegível, soma 41% das intenções, diante de 23% do presidente Jair Bolsonaro. Mais atrás aparecem Sérgio Moro (sem partido) com 7%, e Ciro Gomes (PDT) com 6% das intenções de voto. Em uma simulação de segundo turno entre Lula e Bolsonaro, a diferença aumenta. O petista aparece com 53% das intenções, enquanto o atual presidente soma 32%.

Quanto aos índices de rejeição, o mais expressivo é o de Jair Bolsonaro, com 54% de rejeição, contra 36% de Lula. Para Rafael Aguiar, há um consenso sobre a necessidade de uma frente ampla de oposição, mas ele ressalta a dificuldade que a oposição tem encontrado.

“O PT tem uma estrutura maior que outros partidos, então é muito difícil que deixe de lançar candidaturas próprias. [...] Com o desgaste de Bolsonaro, pode ser que surja uma terceira via, Luciano Huck, Moro, Mandetta, Dória são nomes possíveis, que teriam de ocupar o espaço, mas não acho que tenham força para vencer Lula.”



Presidente da CPI da Covid-19, Omar Aziz (ao centro), junto do vice-presidente Randolphe Rodrigues (à direita), e o relator Renan Calheiros (à esquerda)

Jefferson Rudy/ Agência Senado

# Em meio à pandemia, fome cresce no Brasil

Número de brasileiros em situação de insegurança alimentar chega a 126 milhões

Por Carolina Raciunas, Isabela Gama, Nicole Conchon e Rebeca Anzelotti

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2017 e 2019, 84,9 milhões de pessoas viviam em situação de insegurança alimentar. Ainda de acordo com o IBGE, após a destituição de iniciativas públicas, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o número aumentou para 126 milhões.

“Uma senhora veio me pedir uma cesta básica, disse que morava com 5 mulheres e a única empregada foi demitida. Mas as cestas básicas já estavam direcionadas, e essa é a parte mais difícil: decidir quem come”, é o que relata Dara Sant’anna, estudante de Direito e voluntária da Coalizão Negra por Direitos.

Esse cenário de insegurança alimentar aumentou significativamente durante a pandemia, atingindo 59% da população brasileira, segundo o estudo “Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil”, coordenado por pesquisadores da Universidade Livre de Berlim com a Universidade Federal de Minas Gerais e a Universidade de Brasília.

a pesquisa “Olhe para a fome”, realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 20,5% da população brasileira se encontra nesse grau de insegurança.

O nível mais grave afeta crianças, quando também são atingidas pela redução do consumo de alimentos; ou seja, toda a família sofre com a fome. Nove pessoas a cada 100 da população brasileira encontram-se nesse quadro. Um levantamento realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) demonstrou que o número de indivíduos que vivem abaixo da linha da pobreza triplicou, chegando a 12,8% dos brasileiros, o que dificulta ainda mais o acesso à alimentação.

“Eu gosto de falar que a questão da fome sempre extrapola a condição biológica. É muito mais do que essa coisa simplista. Pensar que a gente resolve os problemas da sociedade brasileira apenas com um prato de comida e por ser solidário ao dar dinheiro no farol é uma outra condição problemática” afirma Alexandre Marques Mendes, professor do Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) e coordenador da Assessoria Jurídica Universitária Popular (AJUP).

A partir de campanhas como a “Tem gente com fome”, da Coalizão Negra por Direitos, que arrecadam recursos, muita gente se mantém viva. Mas a solidariedade não é o suficiente. “Não adianta dar comida para a pessoa se ela não tem água encanada, gás e kits de higiene. É toda uma estrutura de necessidades básicas para uma população que não tem nenhum respaldo,” relata Dara Sant’anna.

Segundo Tereza Campello, economista, professora titular da Cátedra Josué de Castro/FSP-USP e ex-ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no governo Dilma Rousseff, as campanhas de solidariedade são uma alternativa emergencial e denunciam a inexistência de políticas públicas, mas não sanam o problema. “Essas ações são sempre pontuais, não são medidas estruturais. Precisamos de um conjunto de políticas públicas que permitam que o Brasil passe a ter uma

inflexão clara no quadro de fome e desnutrição no país”.

O Consea, órgão de criação de políticas públicas com participação popular para o combate à fome, foi uma instituição de assessoramento imediato da Presidência da República, criado em 1993, durante o governo de Itamar Franco. Extinto em 1994 por Fernando Henrique Cardoso, voltou a ser alvo de investimento público nos governos Lula e Dilma, o que tornou a pauta da fome um assunto recorrente da agenda política do governo. Em 2019, o Consea foi desmontado pelo presidente Jair Bolsonaro.



Mulher mostra duas panelas vazias

Dentre as políticas do atual governo, o auxílio emergencial de 600 reais, conquistado graças a reivindicações do Congresso, ajudou a conter, timidamente, o aumento no número de pessoas abaixo da linha da pobreza. “O ministro da economia, Paulo Guedes, sempre defendeu o auxílio de 150/200 reais por pessoa. A gente defendia inclusive 1000, houve uma disputa dentro do parlamento que conseguiu colocar o auxílio como de 600 reais”, diz a economista. Entretanto, quando o benefício foi reduzido para 300 reais, a crise alimentar se intensificou.

O programa foi encerrado em dezembro de 2020 e só retornou em abril de 2021, no valor de R\$150, não permitindo novos cadastrados. “Dar 150 reais não resolve. A pessoa pega esse dinheiro e vai pra rua. Ninguém vive com esse valor”, completa a ex-ministra.

Campello explica que o benefício de 600 reais – o valor médio de uma cesta básica completa – foi projetado para barrar os efeitos da crise sanitária, mas a ação gerou um efeito contrário. “O governo dizia ‘vá para a rua buscar o auxílio emergencial’,



Pessoas procurando comida no lixo após supermercado descartar sobras

A insegurança alimentar é definida quando não há acesso à comida ou ele é incerto, podendo, assim, ser subdividida em três tipos: leve, moderada e grave. É classificada como leve quando há incerteza na garantia de alimentos futuros. Sendo assim, há alimentos de forma imediata, mas não há certeza quanto a próxima refeição.

Já o grau moderado, é definido quando a quantidade de alimentos da casa não é o suficiente, havendo uma redução no consumo entre os adultos. Segundo

fez aquele aplicativo que ninguém conseguia executar, aí ia todo mundo para a fila na porta da Caixa Econômica. Nós demos o sinal para a população ir para a rua. Isso ajudou o Brasil a nunca conseguir conter a pandemia”.

Com base em estatísticas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2020, 63% dos beneficiários destinaram o auxílio para comprar comida e 27,8% utilizaram da verba para pagar contas básicas e dívidas.

Durante uma live em setembro de 2020, Paulo Guedes, afirmou que “o preço do arroz subiu porque a condição de vida dos pobres melhorou”, referindo-se ao aumento de 76% no valor do alimento no último ano, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) explicou que, na verdade, o aumento do poder de compra da população levaria à diminuição da demanda pelo alimento, conceito conhecido como “renda negativa do produto”. Isso comprova que o crescimento do preço do arroz está associado à diminuição da renda investida pela população em outros alimentos de variabilidade nutritiva no cardápio brasileiro.

Segundo Campello, o aumento no valor tem também outras razões: “Quando outros países grandes produtores de arroz viram a crise da pandemia se instalando, eles pararam de exportar. Foi por isso que o preço do arroz subiu internacionalmente, porque eles decidiram proteger o próprio povo e o mercado interno. O que o Brasil fez? O contrário, decidi aproveitar para exportar ainda mais”. A ex-ministra também ressaltou que há um conjunto de políticas que poderiam ter sido acionadas pelo governo, mas que não foram, porque ele fez uma opção de não proteger o próprio povo, mas sim o lucro do exportador.

Com base nos dados divulgados pelo Grupo de Pesquisa Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia, o consumo de carne no primeiro ano da pandemia foi o que teve maior queda na frequência, chegando a 44%, seguido dos 41,8% de frutas. Esses dados refletem os preços elevados desses alimentos, quando em comparação com fontes de carboidrato e processados, em meio à maior taxa de desemprego registrada desde o início da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE.

Nesse sentido, a insegurança alimentar também assistiu a um aumento. “O número de pessoas procurando ajuda cresceu muito. Se antes a gente conseguia 50 cestas básicas e dava conta, hoje, lugares que pediam 50 estão pedindo 200, e as doações também diminuiram.”, conta Dara Sant’anna.

Além disso, o fechamento das escolas durante a pandemia, dificultou o acesso à alimentação em casas com crianças e adolescentes. Quando perguntada a respeito da alimentação escolar, Tereza Campello explicou: “Nós temos mais de 40 milhões de crianças em escolas públicas. Então, este fator passou a exigir critérios devido ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, que era disponibilizar comida de verdade, verduras e legumes. Assim, por mais que a criança não comesse bem em casa, na escola ela tinha uma boa refeição”. Campello expõe também que “Uma criança que não se alimenta bem, passa a ter impacto no seu desenvolvimento físico e intelectual, e portanto, influencia toda a sua vida”.

Nos dados de 2020, apresentados pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PenSSAN), em 11,1% dos domicílios comandados por mulheres, os habitantes passavam fome. Essa porcentagem cai para 7,7% quando as casas são chefiadas por homens.



Jovem em manifestação segurando cartaz com texto contra a fome e violência contra a juventude negra

Onde moravam pessoas pretas e pardas, a fome esteve presente em 10,7%. Já entre as pessoas brancas, esse percentual foi de 7,5%. Sant’anna aponta que “Quando se trata do Brasil, o histórico da fome, principalmente entre a população negra, há uma relação muito forte com o processo de escravização.” e completa: “Não se pode esquecer que o capitalismo surge da acumulação de capital, e essa acumulação só foi possível por causa da escravização dos povos originários e do povo negro em diáspora, sequestrados da África”.

A coveradora Paula Nunes entende a miséria como um projeto financeiro, “A fome do nosso povo acontece para manter o lucro de bancos e diversos setores empresariais, não para manter a estabilidade financeira do país”.

Enquanto relata suas experiências participando em projetos de doação de alimentos, Sant’Anna destaca: “É nítido o desespero nas pessoas, principalmente mulheres, grande parte das pessoas que buscam ajuda são mulheres chefes de família”.

© Isabela Gama

Tabela de Comparação de Alimentos/Salário Mínimo em Reais

	2002	2006	2010	2014	2018	2021
Arroz *	6,41	8,50	8,54	11,50	15,00	40,00
Gás **	26,30	32,14	35,16	40,00	69,75	97,00
Carne ***	7,40	8,90	12,43	15,00	17,30	30,51
Salário Mínimo	200,00	350,00	510,00	724,00	954,00	1.100,00

\* Pacote de 5 KG

\*\* Botijão de 13 KG

\*\*\* KG de Acém

Fontes: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e IBGE

Para conhecer os trabalhos:

**Coalizão Negra por Direitos**

@coalizaonegrapordireitos

**Assessoria Jurídica Popular**

@ajup.unesp

**Cátedra Josué de Castro**

@catedrajosuedecastro

**Campanha “Quem tem fome tem pressa” da PUC-SP**

@quemtemfomepuc

# 25 anos após massacre de Eldorado do Carajás, conflitos no campo voltam a crescer sob governo Bolsonaro

*Política divisionista nas áreas de alojamento, envolvendo ameaças e atuações de milícias de fazendeiros e proprietários de terras, é a principal causa da violência agrária*

© MST/Divulgação



Manifestação contra os despejos durante a pandemia

Por Ana Laura Rodrigues e Yasmin Marchiori

Em 1996, mais de 70 camponeses do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ficaram feridos e outros 21 foram mortos na chacina ocorrida por conflitos no município de Eldorado do Carajás, no Pará. Dos 155 policiais militares que participaram, apenas dois oficiais que comandaram a operação foram condenados. Vinte e cinco anos após o massacre, os conflitos por terra voltaram a crescer sob o governo Bolsonaro.

De acordo com levantamento feito pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 2019, primeiro ano do mandato do presidente Jair Messias Bolsonaro (sem partido), o Brasil registrou 1.833 conflitos no campo, número superior aos registrados nos últimos cinco anos e 23% a mais do que em 2018. A quantidade de mortes chegou a 32, cinco a mais do que no ano anterior.

O relatório com os dados atualizados de 2020 ainda não foi publicado. Informações parciais, também divulgadas pela CPT, apontam que foram registradas 1.083 ocorrências e 18 assassinatos por conflitos de terra até novembro, número alto ao considerar que 2020 foi o ano marcado pela pandemia do novo coronavírus.

Em visita ao município de Eldorado do Carajás em 2018, Bolsonaro, então candidato à Presidência da República, defendeu os policiais presos no massacre. "Quem tinha que estar preso era o pessoal do MST, gente canalha e vagabunda. Os policiais reagiram para não morrer", afirmou.

Outro levantamento divulgado pela CPT mostra a impunidade brasileira em relação às mortes por conflitos de terra: em três décadas, apenas 8% foram julgadas. Dos 1.468 assassinatos ocorridos entre 1985 e 2018, apenas 117 foram avaliados por um juiz. Já em 2019, das 32 vítimas, 61% não tiveram as investigações concluídas. Em audiência pública realizada em 2016 pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), a impunidade foi apontada como uma das principais causas da violência no campo.

Em coletiva de imprensa realizada pelo MST, Marina dos Santos, responsável pelo setor de massas do movimento, afirmou que a questão agrária está passando por um momento de "entulhos autoritários agrários", construídos pelo governo com novas normativas que beneficiam fazendeiros, proprietários de terras e latifundiários. "Os entulhos autoritários têm sido formalizados através de Projetos de Lei, medidas provisórias, decretos e uma série de normativas que vão objetivando na prática essas questões que o governo quer lidar", afirma Santos.

Ainda de acordo com Marina, os projetos do governo Bolsonaro para o campo envolvem uma política armamentista, o que aumentaria a taxa de morte de camponeses e a regularização fundiária. O atual presidente pretende privatizar mais de 200 milhões de hectares, beneficiando, assim, o agronegócio, grande responsável pelo desmatamento e por problemas ambientais irreversíveis.

O Coordenador Nacional do MST, João Paulo Rodrigues, menciona que há um grande processo de repressão. Ele cita também uma política divisionista nas

áreas de alojamento, envolvendo ameaças e atuações de milícias de fazendeiros e proprietários de terras que, junto ao Governo Federal, constantemente tentam expulsar os camponeses de forma agressiva. Além disso, o governo tenta criar normas para retirar o tema da função social da terra urbana e rural e excluir a possibilidade de uma reforma agrária no país.

Apesar das recomendações da comissão dos Direitos Humanos da ONU de que não houvesse despejos durante a pandemia, as desocupações clandestinas continuam acontecendo na "calada da noite" e sendo chefiadas por um consórcio de fazendeiros.

Exemplo disso é o caso que ocorreu no sul da Bahia em uma tentativa de despejo de assentamento pertencente ao MST: um dos fazendeiros que estava no local sob proteção da Polícia Militar, afirmava que estava realizando a ação como um amigo do presidente Jair Bolsonaro.

O Movimento busca, com outras militâncias da região e com a CPT, maneiras de se fortalecer.

Para o MST, abril é considerado um mês de luto e lutas. O dia 17, marcado pelo Massacre de Eldorado do Carajás, é considerado o "Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária".

O mês foi apelidado de "abril vermelho", quando são feitas diversas atividades, como doação de alimentos, paralizações, luta pelo acesso à vacina e ao auxílio emergencial e o uso da bandeira "Fora Bolsonaro" como forma de protesto. "Precisamos nos livrar deste governo genocida que temos no país. Bolsonaro, tira as patas da nossa terra", finaliza Marina dos Santos.

# Centro de amparo para mulheres sofre ameaça de despejo em Mauá

*“A gente vive numa cidade que não está organizada para ser democrática com as mulheres”, diz coordenadora da Casa Helenira Preta*

Por Aline Freitas e Hadass Leventhal

Na manhã do dia 27 de abril de 2021, o usuário L504H1264 da rede Alberto Macedo Leilões fez um lance de R\$3.285.191,48 para a compra daquilo que costumava ser uma escola na Rua Almirante Barroso, em Mauá. A propriedade leiloadada inclui dois imóveis: a residência do caseiro e o prédio principal. A casa abriga o Centro de Referência para Mulheres Helenira Preta, que já prestou suporte social, jurídico e psicológico a mais de 600 mulheres. No espaço também acontecem saraus, exposições e oficinas de geração de renda.

“Às vezes uma mulher vem na oficina para aprender a fazer bolo de pote, e fazemos uma fala sobre violência. Essa mulher, então, percebe que está em um relacionamento abusivo”, explica Gabriela Torres, coordenadora do Centro. Nas antigas salas de aula estão cerca de 40 famílias da Ocupação Manuel Aleixo, pertencente ao Movimento de Luta nos Bairros e Favelas (MLB).

Durante a pandemia, a Casa, juntamente com o MLB, entrega cestas básicas para famílias em necessidade. “Hoje faz um ano que a Helenira é um dos principais pontos de apoio, coleta de alimentos e arrecadação de doações para organizar brigadas de solidariedade nesse período”, recorda Isis Mustafá, coordenadora da Casa de 2017 até 2018 e atual apoiadora.

Mustafá avalia que existe um projeto de ataque ao centro de referência e à ocupação Manoel Aleixo desde suas criações em 2017 e 2020, respectivamente. “Existe, por parte do poder público, uma intenção de que não se fortaleça o movimento de mulheres organizado”. A intelectual refere-se ao fato de que Átila Jacomussi (PSB), prefeito de 2016 a 2020, abriu mão do imóvel onde se encontra a Casa e o entregou para leilão no final do seu mandato. Ela ressalta, ainda, que a indisposição da prefeitura de trabalhar em conjunto com a Casa continua na gestão atual: “A Helenira foi leiloadada e a prefeitura sequer apresentou uma outra casa em que a gente pudesse atuar”, adverte.

A ameaça de despejo está relacionada com alguns pagamentos não realizados no passado. Os donos do Colégio Humberto de Campos acumularam dívidas trabalhistas depois de não pagarem seus funcionários, que foram à justiça. Assim, em 2010, iniciou-se um processo de desapropriação para utilidade pública do imóvel. Quatro anos depois, a Câmara de Mauá autorizou que a propriedade fosse doada ao Instituto Federal de São Paulo (IFSP).

Com isso, a prefeitura pagou R\$3,6 milhões de indenização aos donos originais com base em um laudo que estimava o valor do imóvel em R\$3,9 milhões. Todavia, os proprietários usaram um segundo laudo que avaliava o imóvel em R\$6,2 milhões para disputar o valor atribuído à propriedade por vias judiciais. Em julho de 2018, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo optou por manter o custo mais alto.

No início de 2019, Jacomussi emitiu um decreto que anulou a utilidade pública da propriedade, alegando que a expropriação custaria R\$20 milhões com os juros compensatórios. Assim, em junho, a prefeitura decretou a desistência do processo e ficou responsável pelo pagamento de todas as despesas da ação, bem como os juros compensatórios de 6% ao ano. Porém, como as dívidas trabalhistas persistiram, a Justiça do Trabalho enviou o terreno para leilão sob o preço de R\$8,2 milhões em março de 2021. Não houve nenhuma oferta de compra até que, uma hora e vinte cinco minutos antes do encerramento, o usuário L504H1264 fez um lance com o valor mínimo estabelecido.

O milionário não identificado recebeu a propriedade sem responsabilidade pelas dívidas trabalhistas acumuladas e R\$600 mil de IPTU devidos. Indignada, Torres questiona o tratamento da prefeitura com o comprador: “Tente você atrasar alguma conta de água para ver se eles não vão na sua casa ameaçar cortar”. A coordenadora também critica as intenções por trás da aquisição. “Quem arrematou esse prédio, que vale mais de R\$8 milhões e foi adquirido por menos que R\$3 milhões, é um leiloeiro que vai colocar a propriedade à venda logo em seguida por um preço mais alto”.

Sobre o leilão, em entrevista ao **Contraponto**, o prefeito Marcelo Oliveira (PT) afirmou que “a prefeitura não tem como interferir” porque “a questão envolve a Justiça do Trabalho”. Porém, Luana Alves (PSOL), vereadora em São Paulo, acredita que o órgão poderia ter feito mais. “Pode ser que ele formalmente não consiga se envolver porque, de fato, o executivo é outra força para além do judiciário. Agora, ele pode, com certeza, influenciar se quiser”. Ela sugere que o político se posicione publicamente e estime um prazo para concretizar uma rede de atendimento público a mulheres vítimas de violência. “Isso produziria uma diferença. Ele fez essa promessa? Fez esse compromisso?”.

Conforme dados divulgados pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP) em abril, os casos de estupro de vulnerável em Mauá aumentaram em 15%



Insumos para cestas básicas guardados em cômodo da Casa Helenira

em comparação com 2020. No Grande ABC, foram registrados 1952 boletins de ocorrência de violência contra a mulher, totalizando sete por dia. Em comparação com 2019 e 2018, houve um aumento de 27,3%. Quando questionada sobre a capacidade da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres de contemplar as demandas da cidade, a prefeitura descreveu que “a atual gestão encontrou os serviços de auxílio à mulher sucateados e abandonados”. Sob comando de Celma Dias, vice-prefeita, Oliveira informou que “arrumaram a casa” e mudaram a sede da equipe para um imóvel de aluguel mais barato.

A solução para que a Casa continue com as suas funções, segundo Torres, é a gestão compartilhada do Centro com a prefeitura, algo que, para ela, foi uma possibilidade concreta em 2017, quando as organizadoras promoveram a ocupação de uma outra casa no centro de Mauá. Mas a ação não ocorreu como planejado. “Como o lugar estava em condições péssimas, a gente desocupou depois de garantir, com muita luta, um grupo de trabalho de negociação com a prefeitura”. O acordo, entretanto, nunca foi concluído. Para Mustafá, foi uma decisão política da prefeitura não estabelecer o centro de referência: “A gente estava com eles em 2017 e eles abandonaram a mesa de negociação”. O ex-prefeito foi preso duas vezes sob suspeita de corrupção e, sendo assim, as militantes ocuparam o imóvel que hoje sofre processo de leilão.

Depois de um protesto no dia 22 de abril, as mulheres conseguiram uma audiência inicialmente marcada para 26 de maio, mas a reunião foi adiada para dali a 15 dias e, posteriormente, cancelada. Ainda assim, Torres afirma que a Casa Helenira Preta resistirá. “A gente não vai aceitar que Mauá fique sem a casa Helenira. Ou não sairemos, ou ocuparemos outro lugar. Disso eu tenho certeza”.

# Os desafios da responsabilidade parental unilateral

Como a pandemia evidenciou a falta do comprometimento familiar e a sobrecarga da figura materna

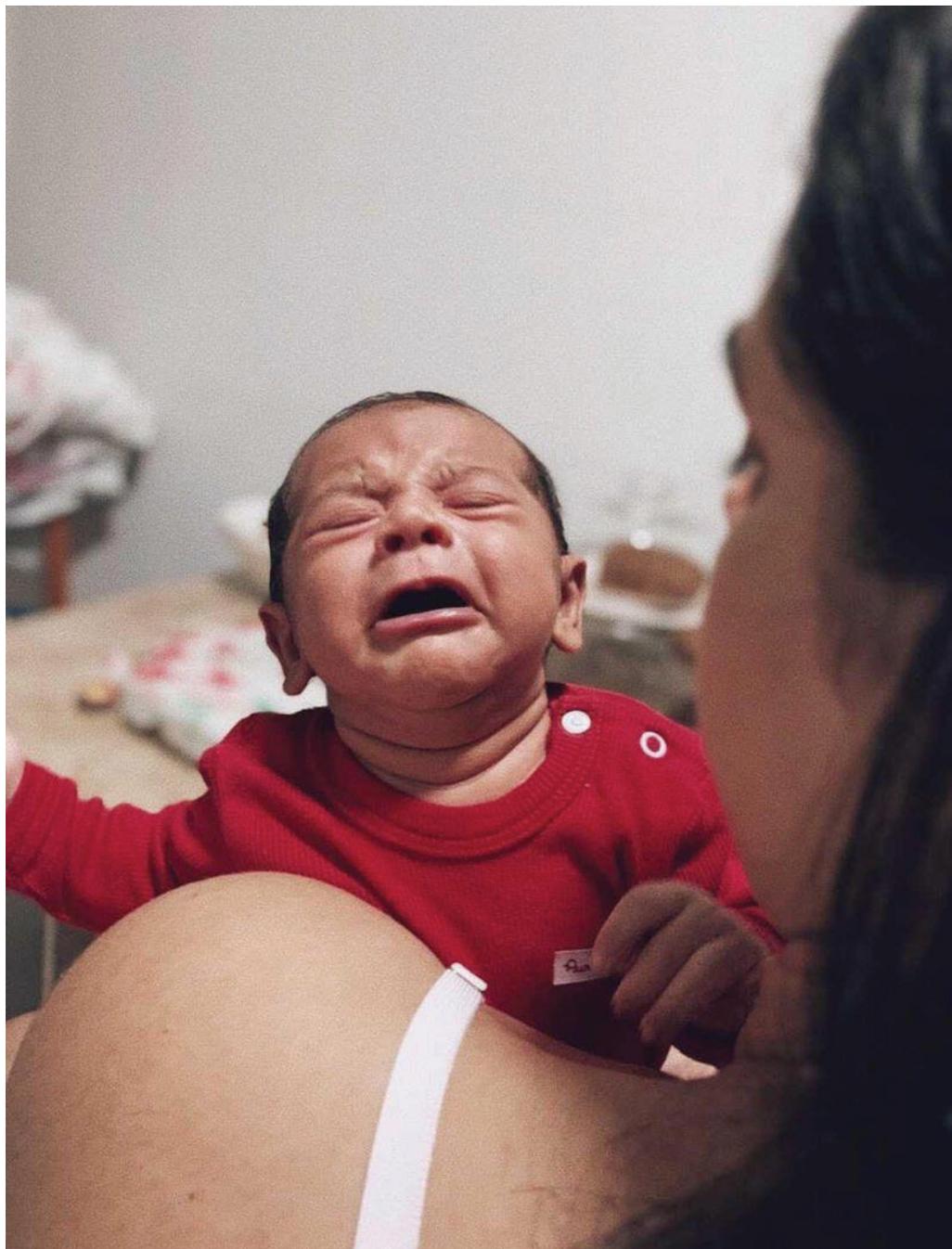
Por Maria Luiza Costa e Victoria Mercês

O cuidado com os filhos ainda é visto como uma obrigação da mulher, tornando-as vítimas, muitas vezes, da responsabilidade parental unilateral, que diz respeito a incumbência de zelar por algo atribuído a apenas uma pessoa dentro da relação, associado normalmente a figura feminina. Durante períodos pandêmicos, o comprometimento parental mostrou-se ainda mais problemático, uma vez que os números de conflitos familiares cresceram, assim como os divórcios.

Segundo Jamille Santana, advogada familiarista, o número de divórcios aumentou. “O IBGE confirmou que no meio de 2020, o total de divórcios no Brasil saltou para 7,4 mil apenas em julho, um aumento de 260% em cima da média de meses anteriores.” Assim, o número de responsáveis que se esquivaram das suas obrigações parentais aumentou, como um reflexo da realidade que já ocorria em algumas famílias, desde antes da pandemia.

A responsabilidade familiar associa-se quase sempre a figura da mãe, que devido às crescentes situações de divórcio e abandono, acaba sendo obrigada a assumir as responsabilidades familiares de forma integral, como afirma Karinne Oliveira, especialista em inteligência emocional. “As mães solas naturalmente já lidam com uma pressão muito grande, durante todo o tempo. Esse momento de pandemia reforçou a importância das redes de apoio, que geralmente são formadas por outras mulheres que vivem em situação parecida, ou já viveram.”

Mencionar redes de apoio voltadas para as mulheres que se responsabilizam sozinhas com a maternidade é extremamente importante, uma vez, esse acolhimento, através da demonstração de afeto, pode amenizar a situação de sobrecarga física e emocional vivenciada por elas. Tais redes têm como objetivo fortalecer as mães que, além de tudo são mulheres, ajudando a melhorar sua autopercepção e a se libertarem de julgamentos. Como menciona Oliveira, “o foco do meu trabalho é despertar a mulher que existe por trás da mãe, fortalecendo-as interiormente para



Maria Luiza Póvoas Santos Rocha e seu filho Lorenzo

que elas reconheçam o seu valor e aumentem sua autoestima”.

Os casos de divórcio muitas vezes são resolvidos na justiça com a guarda compartilhada. Porém, Santana evidencia que, “são atribuídas as guardas das crianças majoritariamente às mães, e os pais tendem a exercer a convivência com os filhos na modalidade “direito de visita”. Assim, na grande maioria dos divórcios requeridos durante a pandemia, a prole ficou sob os cuidados exclusivos das mães”. Dessa forma, o sistema judiciário acaba por reafirmar, muitas vezes, o papel da mulher em uma sociedade patriarcal e machista. Vale ressaltar que determinar a guarda não exclui a

necessidade de uma responsabilidade parental mútua, como reforça a advogada “É preciso compreender que o Direito de Convivência é mais amplo que uma mera “visita”, como por exemplo, ficar responsável por marcar consultas e se envolver de uma forma que ajude a quem foi determinada a guarda unilateral”.

Como mulher que exerce sozinha a maternidade, Maria Luiza Póvoas Santos Rocha relata que “a carga maior ficou nas minhas costas, e a responsabilidade com a paternidade, que se tornou mais necessária no momento de isolamento, se dissolveu com a minha separação”. Contudo, afirma também que, muitas vezes, “a solidão a dois dói mais do que a solidão sozinha”.

© Victoria Mercês

# Agressões ao Coletivo Glamour da PUC-SP: a LGBTfobia invisibilizada

Ataques contra a organização provocam insegurança e integrantes pedem posicionamento da Universidade



© David McNew / Getty Image

Por Bruna Janz e Rafaela Eid

As universidades são lugares de debate, pesquisa, desconstrução e questionamento. Entretanto, não fogem à lógica de reprodução da LGBTfobia, uma vez que os preconceitos estão arraigados estruturalmente na sociedade brasileira. Segundo o relatório feito pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), foi registrada a média de uma morte a cada 23 horas de um integrante da sigla LGBTQIA+ no Brasil em 2019. O país também é o que mais mata transsexuais e travestis no mundo, que têm expectativa média de vida de 35 anos para essas pessoas.

Recentemente, o Coletivo Glamour – coletivo LGBTQIA+ da PUC-SP – começou a se organizar, planejar eventos e criar reuniões semanais. O link para reuniões do grupo social foi divulgado para que mais pessoas pudessem entrar. Em 16 de abril, novos membros entraram no grupo, até que quatro deles começaram a mandar mensagens LGBTfóbicas no espaço virtual. De acordo com Vinícius Abritta, membro da organização do Glamour, os indivíduos atacavam a linguagem neutra e mandavam “figurinhas” com símbolos neonazistas.

O espaço se tornou um lugar hostil, contrariando a intenção inicial de acolhimento “Eu não achava que iria me afetar tanto, mas depois eu realmente fiquei mal, de uma maneira que eu não esperaria”, desabafa Gabriela Pedrozo, membro da organização do Coletivo. Em depoimento, o integrante Montero\* disse que tudo ocorreu muito rápido e logo retiraram as quatro pessoas do grupo.

Os agressores infringiram duas normas jurídicas: a discriminação contra pessoas LGBTQIA+, incluída na Lei de Racismo (7716/89), em novembro de 2019. E o artigo 20 da mesma Lei, no qual está descrito que é crime “fabricar, comercializar, distribuir ou veicular, símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo.”

Além disso, a atitude vai contra o item II do art. 211 do Regimento Geral da Pontifícia Universidade Católica, que estabelece: “São diretrizes para os corpos docente, discente e administrativo, durante o exercício de suas atividades: respeitar a diversidade no âmbito universitário, em especial de raça, etnia, idade, situação social, econômica e cultural, de gênero e orientação sexual, de orientação religiosa e de pessoas com deficiência”.

Maria Eduarda Leal – integrante do Glamour – relatou o ocorrido em reunião com a coordenadora da Faculdade de Economia e Administração (FEA), que a orientou a fazer um Boletim de Ocorrência (BO), em 16 de abril. Segundo ela, foi dito que a PUC-SP não tomaria medidas por conta da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que protege as informações de acessos não autorizados, respeita a privacidade, atua contra o vazamento e o uso indevido. Assim, a Universidade não os disponibilizou para o Coletivo Glamour, que pediu somente para que fosse verificado se os infratores são alunos da instituição.

Posteriormente, Gabriela ficou responsável pelo BO, enviado em 20 de abril para a Decradi – Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância. “Mande um

Agressões ao coletivo LGBTQIA+ da PUC-SP: a LGBTfobia invisibilizada

e-mail, me pediram para ligar, eu liguei, só que eu precisava ir lá para mostrar as provas”. No dia 25 de maio, foi até a delegacia e apresentou as mensagens. “Eles registraram tudo e vão investigar a pessoa que enviou as figurinhas”, disse. Sobre as mensagens acerca da linguagem neutra, Gabriela foi informada que não é categorizado como crime.

No dia seguinte aos ataques, o Coletivo divulgou uma nota de repúdio no Instagram, enfatizando o ato como “violento, simbólica e psicologicamente, com a exclusiva intenção de insultar, atacar, humilhar e disseminar discurso de ódio”.

Para Vinícius, é fundamental “falar o que aconteceu, como isso é um problema e não é uma conduta aceitável”. Já Montero pensa que a Universidade age de acordo com o financeiro: “Qualquer outro problema que não seja em relação ao financeiro, [a PUC] não quer falar com você”.

Em 11 de maio, enviaram uma manifestação para a Ouvidoria da PUC-SP. Três dias depois, a mesma respondeu que o documento foi encaminhado às instâncias competentes e solicitou que o denunciante procurasse pelas autoridades. Após a resposta, o Glamour pediu o esclarecimento sobre quais instâncias foram comunicadas e frisou que já procurou as autoridades, a Decradi.

Após doze dias da primeira resposta, a Ouvidoria entrou em contato novamente com o Coletivo e disse que a Pró Reitoria de Cultura e Relações Comunitárias (PROCRC) se disponibilizaria a dialogar a fim de tomar medidas quanto ao ocorrido. A reunião ocorreu no dia 08 de junho com retornos positivos. Há a possibilidade de vínculo entre o Glamour e a PROCRC no início do próximo semestre para a discussão das pautas que envolvem a comunidade LGBTQIA+.

O crime contra o Coletivo Glamour não pode ser banalizado, bem como outros discursos de ódio na internet, já que, de fato, afetou os receptores. Se a impunidade for uma regra, e todo ataque tratado como mais um ou ignorado, pode se tornar ainda mais violento. Além disso, se calar frente à LGBTfobia é colaborar para a perpetuação e a naturalização da violência contra grupos historicamente oprimidos. Até quando será preciso viver com medo?

\* Nome fictício para preservar a identidade do entrevistado.

# Homofobia e colonização: a questão LGBTQIA+ dentro das aldeias indígenas

*“Não há registro histórico de homofobia em povos indígenas, a homofobia veio das caravelas”, aponta o pesquisador Estevão Fernandes*

Por Barbara Cristina, Matheus Reda, Sarah Catherine Seles e Thalisson Luan

A sociedade estuda e enxerga as temáticas que envolvem os povos indígenas sob a ótica colonial, incluindo a comunidade LGBTQIA+. No entanto, essa é uma comparação desigual, visto que não há paridade entre padrões coloniais e a cultura dos povos originários brasileiros.

“A história da colonização pode ser entendida como uma história de intervenções sobre os corpos indígenas a partir de um discurso religioso, civilizatório, científico”, afirma o professor Estevão Fernandes, graduado e doutor em Ciências Sociais, com mestrado em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB).

O pesquisador aponta que a colonização dos portugueses trouxe consigo os preconceitos que os indígenas não possuíam. Em entrevista ao **Contraponto**, ele comenta sobre seu livro “Existe Índio Gay? A Colonização das Sexualidades Indígenas no Brasil”, que estuda a origem do preconceito existente até hoje. “Não há registro histórico de homofobia em povos indígenas, a homofobia veio de caravelas”, comenta.

“A questão de trabalhar com sexualidade é trabalhar com isso a partir de uma questão política. Se assumir como indígena e como gay é subverter duplamente a ordem colonial, que espera que você já tenha se ‘desindigenizado’ [deixar de ser indígena] e se tenha normalizado”.

Para um indígena se assumir LGBTQIA+ dentro de um ambiente colonizado com morais impostas por não-indígenas é um desafio. Contudo, se assumir em um ambiente externo da sua comunidade, onde já existem estereótipos e preconceitos, como racismo e xenofobia, é um desafio ainda maior a ser enfrentado. “Hoje há uma radicalização desses preconceitos devido a um crescimento da igreja evangélica entre esses povos. Há entidades cristãs que estão ensinando a eles como isso é errado”, complementa Fernandes.

Niotxarú Pataxó, educador, ativista e comunicador indígena, se descobriu bissexual em 2014, enquanto cursava licenciatura interdisciplinar em matemática na Universidade Federal do Sul da Bahia. Na época, ele era uma jovem liderança na sua comunidade, e falar

sobre sua sexualidade não era visto com bons olhos. Ele conta que a presença de pessoas LGBTs em sua aldeia não era uma novidade, mas elas não falavam sobre o assunto. “Eu não conhecia nenhum indígena do meu povo que fosse liderança e que se assumisse LGBT”, conta.

A primeira coisa que lhe veio à mente era como a notícia seria encarada no seu entorno: “Como que minha família vai receber isso? Como que minhas lideranças vão receber isso? E se eu deixar de ser liderança? O que eu gosto é estar no meio da comunidade”, questionava.

Devido à insegurança em se assumir perante a sua aldeia, mudou-se para a cidade onde estava cursando faculdade, Porto Seguro (BA), e lá começou a viver mais experiências sexuais.

A repercussão de suas falas em encontros voltados à temática foi grande, por isso outros indígenas se mobilizaram para expulsá-lo da aldeia. “Alguns jovens que não gostavam que eu falasse do assunto puxaram a mobilização para me tirarem. Conversaram com algumas lideranças mais velhas, foram entendendo e para eles eu não deveria falar. Ou parava de falar e me retratava ou saía da minha comunidade”, conta.

O educador enfatiza a diversidade entre as etnias: “Eu não posso falar por todos os indígenas, por todos os povos e nem por todos os Pataxós, porque cada local é uma realidade totalmente diferente e são de formas totalmente diferentes que as pessoas se organizam”.

O ativista social conta também que quando se apresenta às pessoas como indígena, muitos contestam e não acreditam. O preconceito é ainda mais forte quando Niotxarú fala que é LGBTQIA+. “Aí

pronto, ‘você destruiu meu imaginário do índio como aquele cara forte’”. Ele aponta que “tudo nesses preconceitos são interiores à pessoa”, relacionado à construção cultural que Fernandes estuda. “Então, quando você pensa em preconceito, discriminação dentro das comunidades indígenas, nada mais é do que um reflexo do que a sociedade envolvente nos impõe”, complementa Pataxó.

Ao longo de sua busca para entender os conflitos da descoberta, ele foi atrás de materiais históricos e encontrou os textos do pesquisador Estevão Fernandes. “Minha pesquisa não é sobre índio gay, minha pesquisa é sobre colonização. Por que índio que tem pinto é chamado de João e a que tem vagina é chamada de Maria?”, comenta o escritor.

Estevão realizou diversos estudos sobre as etnias indígenas no período anterior à colonização. Ele investigou se haviam registros de LGBTfobia e como isso era visto pelos povos. “Quando o indígena se enxerga como gay, já chegou na sua aldeia a ideia do que é a homossexualidade, e essa ideia não é a dele, mas a nossa [não-indígenas]. Quando eu trabalho com a homossexualidade, a minha preocupação é porquê a homofobia foi levada a eles como parte do processo colonial”.

Antes da colonização, os indígenas de algumas comunidades prezavam pelo trabalho e caráter que cada pessoa oferecia para o seu povo, independente de sexualidade e idade. “Se você for um bom pai de família, um bom caçador, está tudo bem, o cara não se importa se você é gay, preto, velho, etc. Os indígenas em média são assim”, comenta.

Ademais, Pataxó afirma que as instituições ocidentais trouxeram o engessamento das relações: “Não existia essa noção de sexualidade, não existia essa noção de gênero, não existia essa noção de instituições. Existiam vivências, existiam práticas”.

Com a perpetuação desse preconceito até hoje, Estevão lembra que a LGBTfobia é histórica. O professor relembra a história de um indígena morto em São Luiz, no século XVII, ao ser atirado da boca de um canhão por ser homossexual, a mando do Frei Yves d’Evreux, que chegou ao Brasil em 1612.

Dados apontam que a comunidade LGBTQIA+ sofre violência física de forma



© Reprodução



**Niotxarú Pataxó, educador, ativista, comunicador indígena e bissexual**

recorrente. De acordo com o relatório do Observatório de Mortes Violentas de LGBTQIA+, em 2020, 237 pessoas LGBTQIA+ morreram de forma violenta no Brasil. O relatório mostra ainda que nos anos entre 2000 até 2020, 5047 vidas de pertencentes a esse grupo foram interrompidas.

“Como LGBT, sofro todos os preconceitos que LGBTs sofrem, mas, primeiro afirmo minha identidade como indígena. Uma coisa que a gente discute muito é a

importância de afirmarmos a nossa identidade quanto indígena, porque ela está acima de qualquer coisa”, afirma Niotxarú.

A luta travada há anos pelos indígenas possui entraves internos originados nos costumes ocidentais. Os primeiros estudos realizados por Estevão tiveram grande importância para ele, e iniciaram o debate mais amplo sobre o tema. “Não acho que vai demorar muito para autores indígenas começarem a ter uma crítica mais radical a partir da interseccionalidade indígena. O próximo passo está na discussão indígena de gênero”, conclui o professor.

Em 2017, durante o quinto encontro nacional de estudantes indígenas, realizado em Salvador, Niotxarú teve seu primeiro contato com um grupo maior de indígenas LGBTs. Nesse evento, ele entendeu o quão importante era continuar falando sobre o assunto para conscientizar e educar.

“Na minha região, o que a gente fez foi aproveitar que existe um grupo maior de indígenas LGBTs reconhecidos e montamos o projeto Papo de Índio. A partir desse projeto, estamos fazendo um processo de levantamento de informações para que isso sirva como base para direcionar essa política de educação”. O Papo de Índio está disponível no Youtube e no Instagram (@papodeindio).

Além disso, livros, encontros e conteúdos informativos são produzidos para ampliar o debate da temática indígena

LGBTQIA+. Um exemplo é o Intercâmbio de Jovens Indígenas LGBTQIA+ do Sul da Bahia, organizado por Niotxarú. O projeto tem como objetivo proporcionar momentos de escuta e troca de saberes. Além disso, as demandas e práticas utilizadas pelos indígenas para superar o processo histórico de opressões também são registradas. O encontro possibilita o vislumbre de novos métodos para mobilizar e engajar as comunidades indígenas na região e na Bahia, afim de ampliar a luta por direitos. O evento é aberto a jovens indígenas LGBTQIA+ e àqueles que apoiam a causa.

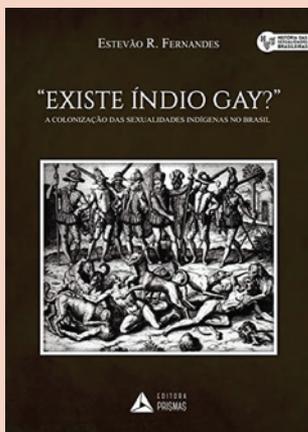


**Estevão Fernandes, antropólogo que estuda sobre indígenas LGBTQIA+**

## Livros

### Existe Índio Gay? – A Colonização das Sexualidades Indígenas no Brasil

Por Estevão Fernandes

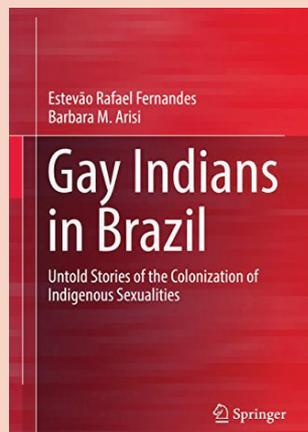


© Editora Prisma5

O livro é uma tentativa de entender o percurso por trás da pergunta “Existe Índio Gay?”, ouvida muitas vezes durante a pesquisa feita pelo autor, com foco na colonização das sexualidades indígenas no Brasil. A obra – voltada também para leigos – busca fazer com que pessoas interessadas no tema possam pensar questões relacionadas às origens da homofobia e do racismo no Brasil.

### Gay Indians in Brazil: Untold Stories of the Colonization of Indigenous

Por Estevão Fernandes e Barbara Arisi

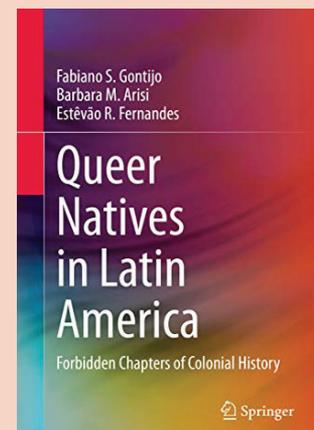


© Springer

Este livro desvenda um aspecto ignorado da história brasileira: como a colonização do país moldou a sexualidade da população indígena. Com base em pesquisas, os autores mostram como o governo e as instituições religiosas impuseram gradativamente o modelo de família considerado “normal” aos gays indígenas brasileiros por meio de trabalhos forçados, punições, casamentos com não indígenas e outros métodos.

### Queer Natives in Latin America: Forbidden Chapters of Colonial History

Por Estevão Fernandes, Barbara Arisi e Fabiano Gontijo



© Springer

O livro desafia suposições antigas sobre as sociedades indígenas nas Américas. Além disso, mostra que as sexualidades não-heteronormativas já estavam presentes entre os povos nativos em diferentes regiões da América Latina, mesmo antes da chegada dos colonizadores europeus.

## Ensaio de fotos



© Pedro Galavote

O DIA 29 DE MAIO foi marcado pelas manifestações expressivas em todo o país pelo impeachment do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). Em São Paulo, os manifestantes ocuparam sete quarteirões da Avenida Paulista e, segundo os organizadores, o ato reuniu mais de 80 mil pessoas. As principais demandas, além do “Fora Bolsonaro”, foram pela vacina, por alimento, moradia, contra os cortes na educação e contra o racismo. O maior ato contra o governo durante a pandemia de Covid-19 também ocorreu pelas mais de 480 mil vítimas da doença. Os estudantes Pedro Galavote, Julia Cachapuz, Laura Moraes, Malu Marinho e Lais Morais registraram o ato da capital paulista nas fotografias a seguir:

Estudantes se manifestam contra o corte de verba das universidades públicas



© Pedro Galavote

Manifestantes pedem pelo fim da política de extermínio nas favelas



© Manuela Pestana

Manifestantes marcham cobrando direitos do Estado



© Lais Morais

Manifestantes defendem o SUS



© Pedro Galavote

No ato de 29M a população foi à rua para pedir o impeachment do presidente Bolsonaro



© Pedro Galavote

Manifestantes levam cartazes com #ELENÃO



© Pedro Galavote

Protesto de 29M reuniu milhares de pessoas na Avenida Paulista contra o governo federal



© Pedro Galavote

Avenida Paulista repleta de pessoas no ato de 29M



© Julia Cachapuz

Manifestante culpa Bolsonaro pela morte de sua mãe



© Julia Cachapuz

No ato, algumas pessoas erguem bandeira da Palestina



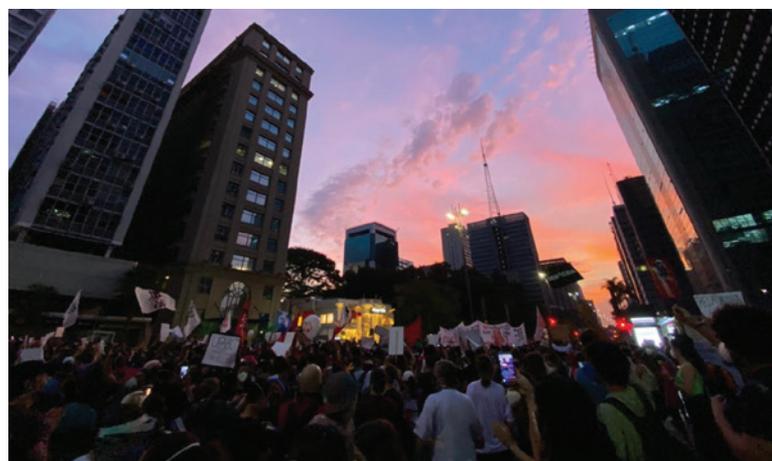
© Pedro Galavote

Cartaz "Vacina no braço, comida no prato"



© Matu Marinho

Concentração no MASP



© Manuela Pestana

Fim de tarde no 29M



© Laura Moraes

No final do ato, manifestantes levam bandeira "Fora Bolsonaro"

# O fortalecimento do empreendedorismo feminino

*Empreender; uma atividade historicamente dominada pelo sexo masculino, mas que agora mais mulheres estão liderando*

Por Ana Carolina Cesar Sousa, Livia Veiga Andrade, Victória Toral de Oliveira

Analizando historicamente o mercado de trabalho, os homens sempre estiveram presentes, ocupando os cargos mais altos, recebendo os maiores salários, com mais prestígio e respeito do que a maioria das mulheres. “Empreender” é a capacidade de criar soluções em momentos desafiadores, identificar uma oportunidade e desenvolver algo que impacte a sociedade, atividade que já foi predominada pelo sexo masculino.

Assim, atribuíam para o “sexo frágil” cargos de menor importância, trazendo como explicação a incapacidade de mulheres aguentarem a pressão, não conseguirem liderar uma equipe ou a fragilidade por uma possível gravidez. No entanto, a pesquisa apresentada pelo *Instituto Rede Mulher Empreendedora* entre setembro e outubro do ano de 2020, quebra esse pensamento ao mostrar que as mulheres demonstraram serem mais resilientes e confiantes em momentos de dificuldade.

Persistentes e fortes, essas características são predominantes nas mulheres empreendedoras. Lutando todos os dias para driblar os grandes empecilhos, elas estão superando o predomínio dos homens nessa área. A pesquisa revela que 68% dos negócios com até 3 anos são administrados, ainda em sua maioria, por mulheres brancas. Essa presença no mercado gera exemplos para outras também buscarem sua independência financeira, causando um impacto econômico importante. Mas não é só na economia que mudanças são feitas pelas empreendedoras. Ter uma renda própria estimula a quebra do ciclo de violência e ajuda as mulheres a terem o controle de sua própria história.

“ Não se limite. Muitas pessoas se limitam ao que eles acham que podem fazer. Você pode ir tão longe quanto sua mente permite. O que você acredita, lembre-se, você pode alcançar. ”

Sônia Hess empresária brasileira, vice-presidente do Grupo Mulheres do Brasil e ex-presidente da camisaria catarinense Dudalina.



© Reprodução

Com o avanço da pandemia, as desigualdades de gênero ficaram ainda mais evidentes. Em 2020, foram registrados no canal Ligue 180, 105.821 denúncias de violência contra mulheres. O aumento de chamadas está vinculado ao fato das vítimas serem obrigadas a ficar mais tempo com seus agressores.

O cenário também obrigou, principalmente as mulheres, a reorganizarem suas rotinas. Com as crianças em casa muitas famílias tiveram que se reinventar para conciliar as tarefas profissionais e familiares. Os dados trazidos pelo Instituto mostraram que dos 1.555 entrevistados, 17% das mulheres sentiram mais dificuldades quando comparadas com os 8% dos homens. Apesar do desgaste, continuam confiantes e trazem criatividade em suas ações. Na busca por novas estratégias para seus negócios, elas encontraram formas de ampliar seus conhecimentos e levá-los para o meio digital, trazendo maior diversidade para o mercado.

Muitas exploraram o ramo da internet para criar sua própria visão de sucesso e qualidade de vida, usando de seus próprios valores e crenças para influenciar, vender e se comunicar com outras pessoas, principalmente outras mulheres. Essas empreendedoras buscam o sucesso dentro de seus próprios termos, e também, de suas rotinas.

Para mães ou mulheres que trabalham meio período e querem conquistar uma renda extra, o empreendedorismo ligado à internet acaba sendo a melhor escolha, tendo em vista que ainda não é um mercado saturado. O carisma e a sensibilidade feminina também ajudam na conquista e permanência do público, requisitos essenciais para estratégia de divulgação e atendimento ao cliente.

De acordo com a *Rede Mulher Empreendedora*, 54% das mulheres que decidem abrir seus próprios negócios o fazem por necessidade e optam por atuar em áreas

de serviço. Segundo dados da *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), os principais serviços são venda de roupas, acessórios ou calçados, prestação de serviços domésticos ou a abertura de salões de beleza e serviços de alimentação (restaurantes, bares e cafeterias).

“ Nada é tão nosso quanto nossos sonhos. ”

Boca Rosa (Bianca Andrade)

Mesmo com o crescimento do desempenho feminino no mercado empreendedor, ainda há empecilhos durante a elaboração de seus projetos, como por exemplo a questão racial e a falta de apoio familiar e econômico. O desânimo pode levar muitas à desistência, mas, hoje em dia, com o número crescente de projetos apoiando as empreendedoras, esse cenário pode ser superado.

Um exemplo é a *Rede Mulheres Empreendedoras*, criada em 2010, por Ana Fontes, que tem como objetivo compartilhar o conhecimento sobre o empreendedorismo feminino, por meio de eventos e cursos. Em 2021, a iniciativa concretizou uma parceria com o *Instituto Social Fundación MAPFRE*, a fim de criar um programa profissionalizante para mulheres marginalizadas socialmente.

Já o projeto *Grupo Mulheres do Brasil* nasceu em 2013, com 40 mulheres que tinham o propósito de conquistar melhorias para o país através de um cenário heterogêneo, que abrigasse classe social, raça e religião. Suas iniciativas contam com disposição de eventos, reuniões e comitês para ajudar aquelas que buscam o conhecimento para empreender e desenvolver suas carreiras por todo o Brasil. Em maio de 2020, elas já somavam mais de 90 mil mulheres.

# O impacto da pandemia do Coronavírus no cenário aéreo brasileiro

**Além de provocar centenas de demissões, a pandemia contribui para acelerar processos digitais nas companhias de aviação**

Por Isabela Mendes e  
Letícia Galatro Alves

Com o avanço da pandemia do coronavírus no Brasil, os aeroportos e demais locais públicos se viram obrigados a fechar as portas repentinamente. As viagens inter-regionais e internacionais foram interrompidas, visando a anulação do fluxo de pessoas para conter a doença, que se alastra cada vez com mais facilidade no Brasil e no mundo.

Segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), o percentual médio de ocupação de aeronaves no mercado doméstico em dezembro de 2020 teve um declínio de 2,5% comparado ao mesmo mês em 2019. Nos 12 meses do ano, a taxa diminuiu em 3,2% na comparação com o período correspondente do ano anterior. Assim, foi necessário que as companhias aéreas fizessem uma redução no orçamento, ocasionando um corte profundo no quadro de funcionários.

Em agosto de 2020, a Latam afirmou à revista EXAME o desligamento de, no mínimo, 2.700 tripulantes da companhia aérea no Brasil. As exonerações ocorreram de forma convencional, através de um Plano de Demissão Voluntária (PDV). A decisão foi tomada depois de uma reunião do Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA), no qual a empresa considerou a medida crucial para equiparar-se às práticas do setor.

Amanda Trettel, recém formada em aviação civil, disse que as empresas tomaram diferentes providências para tentar manter o orçamento equilibrado: "Houveram empresas que demitiram grandes quantidades de funcionários, enquanto outras conseguiram acordos de redução de salários e jornada a fim de manter empregos. Cada empresa lida com os acordos e/ou demissões de acordo com a sua estratégia de mercado."

Além da questão econômica, as companhias de aviação se depararam com o desafio de ter que se reinventar em meio a uma crise sanitária global, desenvolvendo novas tecnologias de ponta para tentar contornar o cenário turbulento. Cada vez mais os processos foram automatizados por meio de soluções sem contato, fazendo do celular um grande aliado das viagens. As novas formas digitais de resolver tarefas do cotidiano surgiram, principalmente, devido à necessidade de interagir de forma segura e eficiente com os passageiros.

Em pesquisa recente, a empresa Amadeus revelou que o desenvolvimento de tecnologias é essencial para aumentar a confiança dos passageiros durante as viagens, visto que 4 em cada 5 pessoas entrevistadas alegam sentir maior segurança com esse investimento. Em 2020, estima-se que os terminais gastaram 5,45% em TI em apoio à recuperação do turismo, e que 55% dos aeroportos julgam que suas verbas relacionadas ao mesmo tema tendem a aumentar, segundo dados do Conselho Internacional de Aeroportos (ACI).

Para Trettel, "a tecnologia é uma grande aliada da aviação desde o princípio. As aeronaves e as companhias procuraram sempre empregar o que há de mais moderno, tecnologia de ponta, a fim de elevar a segurança e a eficiência das operações. Acredito que durante a pandemia esse investimento tenha permanecido para manter o empenho tecnológico elevado, assim como sempre foi".

No começo desse ano, a Latam deu início à sua transformação digital com o lançamento de uma nova plataforma, a fim de tornar a jornada do usuário mais simples e intuitiva por meio de

uma experiência cibernética segura. O projeto, já em curso há mais de um ano, foi acelerado durante a pandemia e teve fases iniciais lançadas com sucesso no Equador, Chile e Colômbia.

Mais do que oferecer novas funcionalidades, o dispositivo faz parte do processo de elaboração e otimização que visa a reinvenção da experiência do cliente em todos os momentos do trajeto. O novo sistema virtual abre um leque de oportunidades para o cliente personalizar a sua viagem e economizar tempo, além de permitir uma navegação mais intuitiva via celular, tablet ou computador. Já a companhia, passa a conhecer melhor as preferências do passageiro e estabelecer uma comunicação direta para tratar qualquer contingência de forma rápida e simples.

A adoção dessas tecnologias facilitou a transição das companhias de aviação para o universo digital contemporâneo, visto o momento delicado que as sociedades em todo o globo estão passando. A partir disso, é esperado que o prejuízo sofrido seja atenuado, com empresas reerguendo-se aos poucos após essa crise econômica e humanitária.

© Anton Petrus/Getty Images/Reprodução

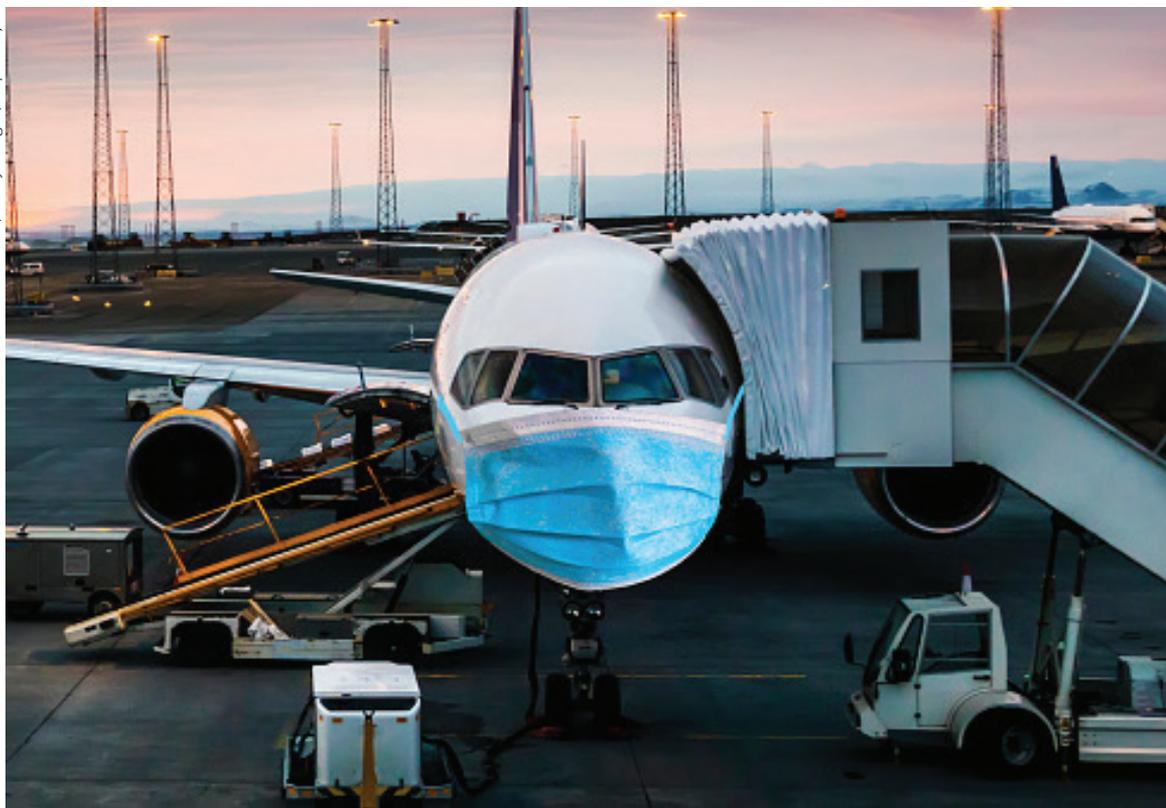


Foto de um avião usando uma máscara de proteção gigante como forma de conscientizar sobre a importância da proteção contra o vírus

# A carne mais barata do mercado é a carne negra

O assassinato de George Floyd e Daunte Wright, assim como o massacre em Jacarezinho, ocorreram pela violência e abuso de poder por parte dos que deveriam ser “oficiais da lei”

Protestos contra o assassinato de George Floyd em Nova York

local se espantaram, e começaram a filmar a agressão.

Em certo ponto do vídeo mais repercutido, o policial Derek Chauvin é visto pressionando o pescoço de George com seu joelho, enquanto a vítima suplicava por misericórdia, repetindo a frase “eu não consigo respirar”. O sufocamento durou cerca de oito minutos. Nos três últimos, a vítima estava imóvel e sem pulso. Ainda assim, o policial seguiu com o joelho em seu pescoço. Uma hora depois, George Floyd foi declarado morto. A autópsia apontou assassinato.

O crime resultou em uma revolta não só na cidade em que se passou, mas por todo o mundo. Protestos assolaram as metrópoles estadunidenses e, até mesmo, outros países. Foram dias de pessoas nas ruas reivindicando os direitos básicos de quem sofre com o racismo e contra a ignorância policial. Um dos termos mais usados nas manifestações foi “Pigs” [“Porcos”, em tradução livre], se dirigindo aos policiais.

O termo depreciativo, que foi frequentemente usado durante o século XIX, desapareceu por um tempo. Reapareceu, em especial, nas décadas de 1960 e 1970, permanecendo na cultura *underground* de muitos países de língua inglesa. Também foi utilizado em círculos anti-autoridade, como o punk, gótico, metaleiro, motociclista, mafioso e no hip-hop.

A hashtag #blacklivesmatter foi o tópico mais comentado nas redes sociais, apoiado em meios diferentes e de diversas formas. Três meses após o assassinato, a NBA (principal liga de basquete do mundo), por exemplo, ao retomar a temporada interrompida pela pandemia, contava com o “bordão” *Black Lives Matter* adesivado na quadra e os jogadores puderam escolher uma frase que remetesse ao tema para ser escrita nas costas de seus uniformes.

## Daunte Wright

Daunte Wright, 20, deixou um filho de 2 anos após ser assassinado em uma abordagem policial, no dia 11 de abril. A data coincidiu com a terceira semana de depoimentos do julgamento de Derek Chauvin, acusado de assassinar Floyd no ano passado.

De acordo com Tim Gannon, chefe do departamento de polícia de Brooklyn Center, Wright estava com os documentos do carro vencidos. Os policiais descobriram, então, que ele tinha um mandado de prisão.



© Mark Clennon

Por Andre Nunes Rosa, Carlos Eduardo Morita, João Victor Guimarães

Em maio de 2020, o mundo parou com o assassinato de George Floyd, sufocado por um policial branco. Menos de um ano depois, a história se repete, desta vez com Daunte Wright que, após um erro policial, recebeu um tiro de pistola em seu peito. No Brasil, em maio deste ano, houve o caso de Jacarezinho, onde policiais invadiram uma comunidade no Rio de Janeiro, vitimando mais de 25 pessoas.

## George Floyd

George Floyd cresceu em Houston, para onde retornou após desistir da faculdade, a fim de trabalhar com customização de automóveis, muito pelo fato de sempre ter tido ligação com a cidade. Floyd também tinha grande participação no cenário musical texano, com cinco canções em participação com o famoso DJ Screw.

Após significativas passagens pela polícia, um assalto a mão armada resultou em uma condenação para George. Pelo crime, ele foi sentenciado a cinco anos de prisão, ficando detido de 2009 a 2014.

Ao sair da cadeia, o ex-rapper foi tentar uma nova vida em Minneapolis, Minnesota. Lá, conseguiu emprego, como caminhoneiro e segurança, para sustentar os três filhos. Em 25 de maio de 2020, George Perry Floyd Jr. se encontrava desempregado devido a pandemia da Covid-19 quando foi acusado por quatro policiais brancos de ter comprado cigarros com uma nota falsa de 20 dólares.

Os policiais o algemaram, lhe encaminhando para a viatura estacionada do outro lado da rua. Vídeos mostram que Floyd relutou a entrar, alegando que tem claustrofobia. Após a chegada de apoio, quatro policiais conseguiram colocá-lo à força no veículo, mas, em poucos segundos, o empurraram para fora dele novamente, colocando-o no chão com o rosto contra o asfalto. Civis que passavam pelo



© Matt Hong

Representação do policial, Derek Chauvin, como um porco



George Floyd e Daunte Wright, respectivamente

Durante a captura, Wright tentou fugir entrando no carro. Em seguida, a policial Kimberly Porter o ameaça com uma arma taser não letal. Porém, ela se confunde e acaba atirando com sua pistola no peito do jovem, que acelera e dirige por quase dois quilômetros antes de ser encontrado já sem vida. O caso Wright aconteceu a 16 quilômetros de distância do local em que Floyd foi morto.

Mais recentemente, em uma entrevista ao *The Washington Post*, Courtney Ross, namorada de George Floyd, conta que Wright estudava em uma escola que ela era diretora, descrevendo-o como alguém engraçado, que precisava de amor. Porter está sendo acusada de negligência policial. Se condenada, pode pegar 10 anos de prisão, além de pagar uma multa de 20 mil dólares (aproximadamente 113 mil reais).

A condenação, no entanto, não acalmou a família e muito menos os manifestantes que entraram em confronto com a polícia no próprio dia 11, o que levou o governo municipal a decretar toque de recolher até às seis da manhã. Para Ben Crump, um dos advogados da família Wright, "isto não foi um acidente. Foi um exemplo de uso de força intencional, deliberado e ilegal".

O sentimento dos manifestantes é de revolta, por ser tratado como acidente algo que não deveria acontecer, bem como o fato das acusações sempre serem leves quando se trata de um branco assassinando um negro. "Acusem-na como se nos estivessem a acusar a nós", disse Nyesha Wright, tia de Daunte. "Queremos justiça máxima".

### Jacarezinho

Quase um ano depois do assassinato de George Floyd e dos intensos protestos que se sucederam após a sua morte, ocorreu, no dia 6 de maio, a operação policial mais letal de toda a história do Rio de Janeiro. Veículos blindados, dois helicópteros e cerca de 200 oficiais foram à comunidade do Jacarezinho com o suposto objetivo de combater o tráfico e o recrutamento de menores de idade. O "Massacre do Jacarezinho", como está sendo chamado, é mais um capítulo na longa história de abuso e violência policial no mundo, deixando um total de 27 civis mortos.

A Operação Exceptis (nome oficial) se iniciou por volta das seis horas da manhã e só terminou à tarde. A primeira vítima foi o policial André Frias, de 48 anos, morto com um tiro na cabeça logo no início da operação, enquanto movimentava barricadas que bloqueavam o acesso dos blindados à comunidade. Após Frias, o dia de terror começou. A comunidade

foi tomada por tiroteios e explosões, policiais invadiram casas e alguns traficantes armados tentaram fugir pelos telhados de moradores da comunidade.

Ao final do conflito, além da retirada dos corpos, cenas foram desfeitas por oficiais que alegaram estar prestando socorro às vítimas que, segundo relatório médico, já chegaram sem vida e com dilacerações na face, costas e abdômen. Ainda foram constatados cadáveres com vísceras visíveis.

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, havia determinado que atividades de combate urbano apenas seriam feitas em caso de urgência e cenas não deveriam ser desfeitas em qualquer circunstância, para manter provas e ajudar na investigação. Moradores da comunidade relatam que pessoas sem envolvimento e outras que haviam se rendido foram mortas, testemunhando execuções dentro de seus próprios lares.

Dois dias após o massacre, a Polícia Civil divulgou os nomes e fichas dos mortos durante a ação, com 25 dos 27 civis já possuindo registro criminal antecedente. Os dois restantes vendiam drogas, segundo parentes, sendo um deles menor de idade. O registro criminal tem sido usado como justificativa para os assassinatos.

Algumas das vítimas haviam deixado os seus passados para trás, alegam familiares e conhecidos.

O Ministério Público abriu investigações e está ouvindo relatos de testemunhas do Massacre do Jacarezinho. O secretário da Polícia Civil, Allan Turnowski, disse em entrevista ao portal G1 que "não se pode concluir antes de investigar, e que a Polícia cooperará com as investigações feitas pelo Ministério".

Em um período com casos de abuso e violência policial que vêm à tona com mais frequência e protestos são cada vez mais constantes, os eventos na favela do Jacarezinho dividem a população brasileira entre aqueles que estão do lado das vítimas, os que estão do lado dos policiais e os que não sabem como se posicionar diante da incerteza do que de fato ocorreu.

### A violência policial

Segundo o filósofo alemão Max Weber, o "monopólio legítimo da violência" consiste na prerrogativa de que Estados contemporâneos, ao utilizar a força, estão garantindo que o pacto social, definido pelas leis de cada país, não seja quebrado, tendo assim um maior controle da sociedade.

Porém, essa hierarquia, que é construída no subconsciente, faz com que muitos policiais abusem de seu poder. Além disso, a máquina pública, muitas vezes, protege os profissionais que cometem esse crime, principalmente contra negros e periféricos.

Por se tratar de algo cotidiano, nem todas as informações chegam ao público, fazendo com que muitos acreditem na versão "oficial". Relacionando tais aspectos, define-se a violência policial como o uso ilegal e ilegítimo da força, ou da coação, no exercício da função estatal de segurança pública, de forma desnecessária ou excessiva contra outras pessoas.



Policiais invadindo a favela do Jacarezinho, no Rio de Janeiro

# Biden reconhece como genocídio o massacre da população armênia em 1915

Com a medida, Joe Biden cumpre promessa de campanha, agradando a armênio-americanos e gerando atritos com a aliada Turquia

Por Flávio Guion, Isabel Gaspar, Isabella Pugliese, Tabitha Ramalho

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, tornou-se o primeiro da história do país a reconhecer o genocídio armênio perpetrado pelo antigo Império Otomano entre 1915 e 1923. A declaração foi feita em 24 de abril, data em que se iniciou o massacre e na qual, atualmente, é comemorado o Dia da Memória do Genocídio Armênio.

“Todos os anos, neste dia, recordamos as vidas de todos os que morreram no genocídio armênio da era otomana e reiteramos o compromisso de que essa atrocidade não volte a ocorrer”, afirma Biden.

Na Turquia – onde corresponde a boa parte do antigo Império Otomano – a notícia foi mal recebida. Houve manifestações populares antiamericanas e antiarmênias, e reações do governo. O presidente Recep Tayyip Erdogan falou em interferência de “terceiros” na política interna turca, enquanto o ministro das Relações Exteriores, Mevlut Cavusoglu, afirmou tratar-se de medida baseada “somente no populismo”.

A República da Armênia, localizada na Ásia, nas proximidades das montanhas do Cáucaso, possui fronteiras entre o Mar Negro e Cáspio. Sua posição estratégica atraiu o interesse de diversos impérios, como o Romano, Russo, Mongol, Persa, Bizantino, Árabe e Otomano. Também foi o primeiro país a oficializar o Cristianismo como religião, por volta do século III.

Por mais que a dominação fosse majoritariamente muçulmana, a pluralidade étnica e religiosa era notável. O Homem Doente da Europa – expressão atribuída ao decadente Império – almejava reconquistar

seu prestígio tendo como subterfúgio a eliminação da minoria, os armênios.

O dia 24 de abril de 1915 ficou marcado como o início do programa genocida contra os armênios. Nesta data, mais de 200 intelectuais foram presos pelos otomanos e posteriormente, executados. O plano sistemático de extermínio baseava-se em duas principais estratégias: a convocação de soldados armênios e a remoção da população armênia das cidades.

Em entrevista ao **Contraponto**, o internacionalista especialista em Direitos Humanos, Sarkis Ampar Sarkissian, comenta: “Um dos fatos que diferenciam o Genocídio Judeu e Armênio está na questão da documentação e atualidade do ocorrido. É fato que na época da Primeira Guerra Mundial no Império Otomano os registros fotográficos e documentais eram muito mais raros e difíceis de serem conseguidos do que na Segunda. O próprio governo turco tratou de queimar provas e esconder evidências na tentativa de esconder sua culpa, porém, mesmo assim, os arquivos documentais são vastos e cada vez mais são trazidos à luz”.

Por volta de 1914, no início da Primeira Guerra, o CPU (Comitê de Unidade e Progresso) entra ao lado da Alemanha, por seus interesses irem contra os de outras nações envolvidas na guerra. Com isso, os armênios são convocados a lutarem, mas a liderança política e intelectual nacionalista armênia aliou-se a outros povos contra os turcos, especialmente à Rússia, considerada inimiga histórica do Império Otomano.

Os Jovens Turcos passaram a culpar os armênios por suas derrotas contra os russos e descrevê-los como uma ameaça para o resto do império. A decisão dos combatentes armênios de formar uma aliança

com a Rússia foi o bastante para as autoridades turcas considerarem o fato como alta traição e utilizarem como pretexto para a matança do povo armênio, consentida pelo sultão Abdul-Hamid II.

A derrota na Primeira Guerra Mundial exterminou mais 1,5 milhão de armênios. Enquanto muitos países consideram que o ocorrido se configura como genocídio, outros o consideram como um massacre em massa. “O termo ‘genocídio’ foi caracterizado pelo Artigo 2 da Convenção de Viena (1948) como: ‘atos com o objetivo de “destruir, parcial ou totalmente, um grupo étnico, racial, religioso ou nacional”’.

“Apesar de o Genocídio Armênio ter sido o protótipo dos genocídios modernos, e inspiração para que Raphael Lemkin cunhasse esse termo, vários fatores colocam o Genocídio Judeu e Armênio em lados opostos no que se diz às suas criminalizações”, aponta Sarkissian, que ainda completa: “a Turquia, apesar de ser sucessora do derrotado Império Otomano, não sofreu as mesmas punições e nem os perpetradores do Genocídio Armênio foram julgados e punidos com o devido rigor de Nurembergue.”

## Armênia e Brasil

Os primeiros armênios chegaram ao Brasil no final do século XIX, após a Primeira Guerra. Em 1932, construíram a Igreja Apostólica Armênia São João Batista, em Osasco, a primeira em solo brasileiro. Hoje, mais de 100 mil armênios vivem no Brasil, espalhados nas cidades de São Paulo, Osasco, Rio de Janeiro, Campo Grande e Fortaleza.

“A Comunidade Armênia de Osasco, junto aos demais armênios, contribui com a entidade sem fins lucrativos ‘Fundo Armênia’, que recebe doações para ajudar na reconstrução da Armênia”, como ressalta o vice-presidente da instituição em questão, Robson Khachikian.

A comunidade armênia no Brasil e de todo o mundo recebeu muito bem o reconhecimento do presidente Biden, sobretudo pelo protagonismo dos Estados Unidos desde a Primeira Guerra Mundial para a causa armênia, delimitando as fronteiras armênio-turcas, segundo o Tratado de Sèvres.



© Reprodução

## Atritos com Ancara

Do ponto de vista da política externa, o reconhecimento por Biden apresenta distintos significados. Primeiro, faz parte dos esforços para recolocar os EUA na liderança das questões de direitos humanos, após quatro anos de isolacionismo sob Donald Trump.

Além disso, como afirmou ao **Contra-ponto**, Heitor Loureiro, doutor em História pela Unesp e pesquisador-associado do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Oriente Médio (Gepom), a medida serve como “um recado do novo morador da Casa Branca ao líder turco: não superestime o papel da Turquia como aliada dos EUA”.

Embora os dois países sejam aliados na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e os EUA tenham importante base militar na Turquia, o relacionamento entre as nações está desgastado há alguns anos.

Após sobreviver a uma tentativa de golpe em 2016, Erdogan passou a insistir na extradição de Fethullah Güllen, clérigo que vive nos EUA e é acusado por Ancara de organizar o movimento golpista. Como Washington se mostrou inflexível, a Turquia retaliou, prendendo o pastor norte-americano Andrew Brunson sob acusações de que mantém ligações com os curdos.

Paralelamente, o *establishment* político em Washington vê com preocupação a política externa cada vez mais agressiva de Erdogan, que busca ampliar a influência turca pelo Oriente Médio, Mediterrâneo Oriental e Cáucaso. Se antes os EUA toleravam as violações de direitos humanos e a corrosão democrática em curso na Turquia, agora não toleram mais: “Isso começou a mudar a partir de 2017, quando Erdogan fechou acordo com Putin para a compra do sistema de mísseis S-400”, comenta Heitor Loureiro.

Nesse contexto, o reconhecimento de Biden não deixa de ser mais um ponto de discórdia. Porém, observa Sarkis, “o que se viu [de reação por parte do governo turco] foi até muito menos do que esperado e parece que de imediato isso não trará maiores consequências [...] De qualquer modo, o reconhecimento é um primeiro passo para que se busque reparação e

restituição por esse crime contra a humanidade”, completa o professor.

Na Armênia, a iniciativa de Biden trouxe resultados contraditórios. Por um lado, foi bem recebida por Yerevan e abriu as portas para que mais países se juntem ao – ainda restrito – rol de nações que reconhecem o genocídio. O parlamento da Letônia, por exemplo, aprovou poucos dias depois resolução reconhecendo o genocídio. Israel pode ser o próximo a entrar para o clube, numa tentativa de “fustigar o mandatário turco” pelo apoio que dá ao Hamas, diz o pesquisador do Gepom.

Entretanto, a medida acirrou os ânimos no Cáucaso, com a invasão do território armênio por tropas do Azerbaijão em maio, numa possível tentativa de medição da temperatura política. Segundo

de Biden. Também alegrou muitas personalidades de grande influência, como a socialite Kim Kardashian e a banda System of a Down, descendentes e vozes que estão sempre representando publicamente a causa armênia.

Kim em seu programa, *Keeping Up With the Kardashians*, viajou algumas vezes junto de suas irmãs, Khloé e Kourtney, para o país de origem de seu falecido pai, Robert Kardashian. Durante a viagem, além de visitar o Memorial do Genocídio Armênio em Yerevan, também foi à Catedral de Echmiatsin, considerada o Vaticano da Igreja Apostólica da Armênia, onde realizou o seu batizado e de seus filhos, além de comparecer a um importante jantar com o presidente Armen Sarkissian.

A influência da família Kardashian é grande, e Kim se aproveita para divulgar e fazer campanhas, como ocorreu em outubro de 2019. Na ocasião, sua pressão foi fundamental para a aprovação da PL sobre o reconhecimento do genocídio, pela Câmara dos Deputados dos Estados Unidos. “O dia de ontem trouxe uma grande vitória para a população armênia quando a Câmara dos Estados Unidos reconheceu o genocídio armênio!”, publicou no seu Instagram.

No ano de 2007 e 2009, leis no mesmo sentido quase foram aprovadas.

Entretanto, George Bush e Barack Obama, respectivamente os presidentes à época, adiaram a votação, a fim de não arranhar as relações com a Turquia. Segundo Sarkis, o não reconhecimento por Obama, defensor convicto da causa Armênia, foi uma “das maiores contradições de seu governo”, e ainda completa: “não por acaso, hoje, seu vice vem corrigir esse erro histórico”.

Quando Biden emitiu publicamente a declaração, Kim postou nota de agradecimento: “mesmo que nada possa trazer de volta os armênios que foram assassinados, eu espero que suas famílias agora tenham um sentimento de paz”. A banda System of a Down, que é totalmente composta por descendentes, também agradeceu em suas redes sociais: “Este marco extremamente importante é um grande passo no longo caminho em direção à justiça”.



Kim e Kourtney Kardashian com seus filhos no batizado na Catedral de Echmiatsin, Armênia

© Reprodução/Instagram

Sarkis, isso trouxe “ainda mais poder às mãos de Putin como mediador do conflito e certa responsabilidade em sua solução, já que a Armênia, como membro de uma aliança militar com a Rússia, deveria de ter o direito de defesa assegurado pelos Estados-membros”.

A despeito do cessar-fogo assinado em fins de 2020, as animosidades na região estão altas desde a eclosão dos mais recentes confrontos pelo controle da região de Nagorno-Karabakh, que opõem armênios étnicos apoiados pela Armênia e o governo azeri.

## O eco armênio

Nos EUA, o reconhecimento do genocídio é um afago aos cidadãos de origem armênia, que estão concentrados sobretudo na Califórnia, reduto democrata e domicílio eleitoral de Nancy Pelosi, presidente da Câmara, e Kamala Harris, vice

# Epicentros do coronavírus, Brasil e Índia são consequências do descaso governamental

Jair Bolsonaro, no Brasil, e Narendra Modi, na Índia, aglomeram e duvidam da eficácia das vacinas



© Reuters/Reprodução

**Cemitérios lotados se tornaram comuns, já que o Brasil ultrapassou a marca de 473 mil óbitos por Coronavírus**

Por Beatriz Preto Gabriele e Letícia Galatro Alves

Em dezembro de 2019, foi registrado o primeiro caso de Covid-19, uma infecção respiratória aguda que se espalhou pelos cinco continentes. Na Índia, o primeiro identificado foi em Kerala, no dia 30 de janeiro de 2020.

Inicialmente, a situação parecia controlada. Apesar de ser o segundo país mais populoso do mundo, a Índia teve o menor número de mortes a cada cem casos confirmados. Com o passar dos meses, no entanto, o cenário se agravou e saiu de controle. Hoje, o território é considerado o epicentro do coronavírus.

A Índia vem batendo recordes diários de novas infecções. No último 6 de maio, foram mais de 412 mil novos contágios e 3.980 óbitos. Além do colapso no sistema de saúde, o quadro é crítico nos crematórios. Funerais em massa são feitos diante do significativo volume de corpos.

Assim como no Brasil, essa realidade é decorrência do descaso governamental. A disparada de infecções e mortes ocorreram após as autoridades indianas terem falado, em março deste ano, sobre uma “fase final da pandemia”. Em seguida, flexibilizaram as medidas, liberando comícios eleitorais e festivais religiosos.

O primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, conseguiu, na primeira onda da pandemia, cumprir a difícil tarefa de impor um *lockdown* nacional no país cuja população está estimada em 1,3 bilhão de habitantes. Com o fechamento do comércio, houve uma grande movimentação de pessoas para o interior, o que é apontado como uma das causas para a dispersão do vírus.

Antes dessa nova onda, agora instaurada, Modi recomendou a prática de yoga como “escudo protetor de imunidade”

contra o coronavírus, sugestão que não tem comprovação científica. Além disso, os comícios de seu partido, o Bharatiya Janata Party (BJP), levaram multidões às ruas, mesmo com o alto índice de contágio.

Entretanto, o líder indiano mudou algumas posições políticas e, no início de 2021, apostou nas vacinas, tanto em seu território quanto na distribuição internacional, já que a Índia é um dos maiores produtores de imunizantes no mundo, inclusive os que são utilizados no Brasil.

Porém, para Bárbara Herbst, brasileira que morou em Mumbai durante 2 meses, a vacinação não estava acontecendo de forma adequada: “Quando saí de lá ainda estavam nos idosos. Em meados de março, estavam exportando a maior parte das vacinas, o que deixava a própria população sem.”

Em paralelo a isso, o governo brasileiro recusou 11 vezes ofertas para a compra de vacinas. Essas recusas vieram de Jair Bolsonaro, que chegou a comparar a doença

com uma “gripezinha” e dizer que “não era coqueiro”. A exemplo de Modi, o presidente brasileiro também afirmou que a pandemia estava no seu fim, poucas semanas antes da crise sanitária em Manaus.

Bolsonaro, além de fazer diversas declarações duvidando da eficácia da vacina Coronavac, direcionou comentários preconceituosos à China. Sobre a Pfizer, ele comentou: “Lá no contrato da Pfizer, está bem claro que não nos responsabilizamos por qualquer efeito colateral. Se você virar um jacaré, é problema seu.”

Questionando a eficácia das vacinas, Bolsonaro chegou a desautorizar o ex-Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, na compra do imunizante produzido pelo Instituto Butantã. Em 14 de maio, a produção foi paralisada pela segunda vez por falta do IFA (Insumo Farmacêutico Ativo) que está parado na China.

Na conjuntura atual, em que a gravidade da doença continua sendo negada por muitos, foram identificadas variantes cada vez mais perigosas, que podem colocar em risco a eficácia das vacinas e agravar a situação mundial. A vacinação em massa permanece sendo a maneira mais eficaz de contenção ao vírus.

A Índia começou a imunizar sua população no dia 16 de janeiro, um dia antes do Brasil. Ambos utilizam a vacina Oxford/AstraZeneca, bem como outras distintas. Contudo, compartilham lentidão e desorganização no processo. Até o dia 16 de maio, o país asiático havia imunizado com duas doses apenas 40,4 milhões (3%) de pessoas. Já no Brasil, na mesma data, foram vacinadas quase 17 milhões (8%) com as duas doses. Enquanto esse momento não for tratado com a seriedade que deveria, os sistemas de saúde continuarão colapsando, e as famílias seguirão devastadas por suas perdas.



© Mayank Wakhija/Getty Images

© Altaf Qadri/AP/dpa/picture alliance

**Devido ao alto número de mortes em decorrência da pandemia de Covid-19, Índia realiza cremação em massa**

# A ascendência de predadores virtuais de ingenuidade e inocência

O aumento do uso das redes sociais durante a quarentena permitiu que pedófilos se aproximassem mais de menores de idade

Por Barbara Vitória Barbosa Ferreira e Maria Eduarda Frazato Faria de Souza

Jogos, aplicativos e redes sociais se tornaram ainda mais presentes no cotidiano a partir da pandemia da Covid-19. De acordo com o grupo de mídias britânico Kantar, houve um aumento de 40% no uso das redes sociais desde março de 2020. Apesar de a internet ser uma rede considerada inovadora e repleta de elementos interessantes, esta também é um oceano com perigos imersos, como é na *Deep Web*, em que o excesso de exposição de menores de idade e pedofilia virtual se tornaram os maiores monstros.

É cada vez mais comum ouvir falar sobre a pedofilia virtual, um desejo patológico por menores de 14 anos. De acordo com a especialista em Psico-oncologia e pós-graduanda em Desenvolvimento Infantil, Jéssica Silvestre, “a pedofilia virtual é pedofilia. Seja virtual ou não, a diferença é a forma que o abusador consegue entrar em contato com o menor de idade. Na internet é mais fácil, porque geralmente não tem o responsável o tempo inteiro vendo o que o menor está acessando”.

De acordo com o artigo 240 do Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA, “produzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornografia, envolvendo criança ou adolescente [...] é considerado crime, com pena de reclusão de 4 a 8 anos, e multa”.

As redes sociais têm servido como ferramenta aos pedófilos, ambiente que facilita o consumo de imagens, vídeos e fotos de crianças, a fim de produzir pornografia infantil. Segundo dados divulgados pela ONG SaferNet Brasil, no primeiro mês de quarentena, o acesso de páginas e sites de pornografia subiram mais de 65%, e os casos de pedofilia virtual atingiram quase 200%. O Estado que mais registrou casos de conteúdo sexual de menores na internet foi Porto Alegre, com mais de 100 denúncias para as autoridades.

Em 2017, o caso de um garoto de dez anos no estado de São Paulo repercutiu na mídia. O menino trocava mensagens de conteúdo sexual e imagens via *webcam* com um adulto. Quando o pai descobriu, levou os dispositivos para a Polícia Civil, que rastreou o “*webamigo*” e chegou ao estudante de medicina em Porto Alegre, que detinha mais de 10 mil imagens de conteúdo pornográfico infantil. Após o julgamento, o estudante fora condenado a 12 anos e 9 meses de prisão, sendo essa a primeira condenação por estupro virtual no Brasil.



Pelo fato de as crianças serem mais vulneráveis, se tornam alvos para satisfazerem os desejos daqueles que as corrompem, principalmente pela facilidade de acesso nas redes. E quando o ilícito acontece, as consequências para as crianças são devastadoras. “As consequências do crime de pedofilia são incomensuráveis, desde a mudança de comportamento, como depressão, pânico, culpa, vergonha”, complementa Jéssica.

Apesar de a pedofilia virtual poder ser evitada através da vigilância parental sobre as conexões de seus filhos, o criminoso está muito mais próximo do que parece. Segundo o Departamento Estadual da Criança e do Adolescente (DECA), mais de 80% das pessoas que procuram adquirir conteúdo pornográfico infantil têm a tendência de buscar pelo prazer físico a partir do molestamento e violência sexual contra crianças. A aproximação de crianças dentro de jogos com perfis falsos pode resultar num encontro presencial com a criança, com o intuito da prática sexual.

O maior problema ainda se encontra na falta de denúncias oficiais para chegar ao indivíduo e iniciar a investigação. A partir deste momento, é imposto a Lei Carolina Dieckmann, de 2012, que levou este nome após a atriz ter seu celular invadido e fotos íntimas vazadas.

São considerados criminosos perante esta lei aqueles que invadem e divulgam fotos íntimas; sob pena de 3 meses a 1 ano. Além desta, outras visam a punição de crimes como este, como a Lei Nº11.829, que tem por intuito combater a distribuição de pornografia infantil; e a Lei Nº13.718, que criminaliza cenas de importunação e violência sexual.

Mas a punição não restringe o desejo do pedófilo, pois com uma fiança e contatos, o monstro pode ser solto novamente; assim como no caso do estudante de medicina, que pagou uma fiança de 20.000 e foi liberto. No entanto, voltou à prisão pouco tempo depois por pendências específicas.

## 18 de maio

Em 18 de maio de 1973, uma garota foi sequestrada, estuprada, espancada, drogada, assassinada e encontrada 6 dias depois com o corpo completamente desfigurado por ácido; em Vitória, Espírito Santo. Os crimes ocorreram com a participação de vários homens; *numa orgia do terror*, mas sem punição para nenhum deles; *numa covardia sem temor*. Mesmo sem condenação, houve a aprovação da Lei Federal, que promulgou o dia 18 de maio como o Dia Internacional de Combate ao Abuso e Exploração Contra Crianças e Adolescentes.

O mundo das ideias, descrito pelo Filósofo e matemático Platão, é caracterizado pela perfeição e plenitude do lugar. Esse mundo pode ser relacionado com a internet, na qual se obtém a maior diversidade de interesses. No entanto, a inocência e ingenuidade não devem ser levadas em consideração, pois através delas, há um imenso oceano sombrio repleto de predadores.

# OnlyFans acompanha crescimento dos serviços sexuais durante a pandemia

Plataforma de venda de vídeos online dispara em número de usuários junto com o consumo de pornografia

Por Gabriel Tomé, Gabriela Costa, Majói Sotero e Sofia Luppi

Em busca de alternativas para sobreviver à crise econômica gerada pela Covid-19, a prostituição e a venda de conteúdos audiovisuais adultos foi o caminho encontrado por muitas pessoas para complementar sua renda. Mídias sociais e plataformas como OnlyFans multiplicaram seu fluxo de acesso e atraíram milhares para esse nicho.



© Reprodução

Logo da plataforma OnlyFans

Durante a pandemia, o mercado online de produtos digitais vendidos por profissionais independentes teve seu crescimento acelerado. Esse modelo econômico, chamado de “*hustle economy*”, é caracterizado por trabalhadores autônomos que usam alternativas tecnológicas para produzir conteúdo autoral em plataformas como Twitch, Patreon e OnlyFans, nas quais são vendidos materiais exclusivos sob demanda, indo desde cursos e textos, até fotos e vídeos explícitos.

Na indústria pornográfica, esse processo começou há cerca de 10 anos, e fez com que o conteúdo adulto deixasse de se concentrar em produtoras tradicionais e passasse a ser comandado por usuários independentes. Assim, surgiu em 2016 o OnlyFans, que apesar de abrigar todo tipo de criadores, é mais conhecido pela venda de material explícito, funcionando como uma rede social comum, mas regulada por um sistema de assinaturas mensais, no qual o internauta paga para acessar a mídia produzida por um criador específico. O site, que arca com taxas gerais, retém 20% do lucro para manutenção geral e repassa os outros 80% para o produtor.

Desde março do ano passado, a plataforma se popularizou, inclusive em território brasileiro, sendo que sua busca quintuplicou durante o período. Coincidentemente, a procura aumentou no mundo todo após Beyoncé citar o portal no remix da música “Savage”.

“Comecei no OnlyFans por volta de 2016, na época do surgimento do site, quando não havia muitos brasileiros participando e a maioria dos criadores e dos clientes eram gringos”, afirma Vee Sky (22

anos), YouTuber e cantor que já trabalhou tanto com a venda de conteúdo adulto quanto como acompanhante de luxo.

Tal mudança na forma de produção do pornô é apontada como sendo uma democratização do meio, já que rompe com as estruturas da indústria, uma vez que tira do jogo as grandes produtoras e conecta diretamente o espectador com o autor. Esse é um dos principais pontos levantado pelos, agora, criadores de conteúdo, que antes eram contratados para atuar por produtoras e estavam à mercê de contratos rígidos, sem a menor liberdade de escolher quais projetos participar. A baixa remuneração é apontada como outro problema, já que as agências concorrem diretamente com a pirataria e necessitam de um volume de produção maior, o que diminui o cachê de atores e atrizes.

Esses obstáculos impulsionaram a migração de criadores para outras plataforma em que poderiam trabalhar de modo independente. “Eu recebia muitos pedidos de produtoras para gravar pornô, por exemplo, mas sempre busquei essa autonomia. Nunca quis que meu trabalho estivesse nas mãos de outras pessoas, então eu encontrei o OnlyFans”, confessou o cantor.

Ainda assim, essa é uma escolha controversa, dado que os desafios vivenciados por quem cria conteúdo na plataforma são os mesmos enfrentados atualmente por motoristas e entregadores de aplicativos, o que caracteriza esse processo como a “uberização da pornografia”. Esse fenômeno ocorre porque os produtores não possuem nenhum tipo de vínculo empregatício sob a justificativa de que são parceiros e não funcionários, e que os programas existem para suprir uma demanda do mercado.

Atraídos pela promessa de dinheiro fácil e discricção, o empresário Kauê Petry e a modelo Renata Matos resolveram se arriscar no OnlyFans quando viram sua renda diminuir durante a pandemia. Aconselhados por parentes a procurar a plataforma, que era vista como uma solução rápida (quase como a tradicional sugestão de “vire uber”), o casal, que já costumava registrar seus momentos íntimos, resolveu compartilhar o conteúdo no portal em troca de lucro. Em seguida, observaram que o site prometia diversas normas de segurança, como bloqueios de gravação e captura de tela, além da verificação de produtores e consumidores.

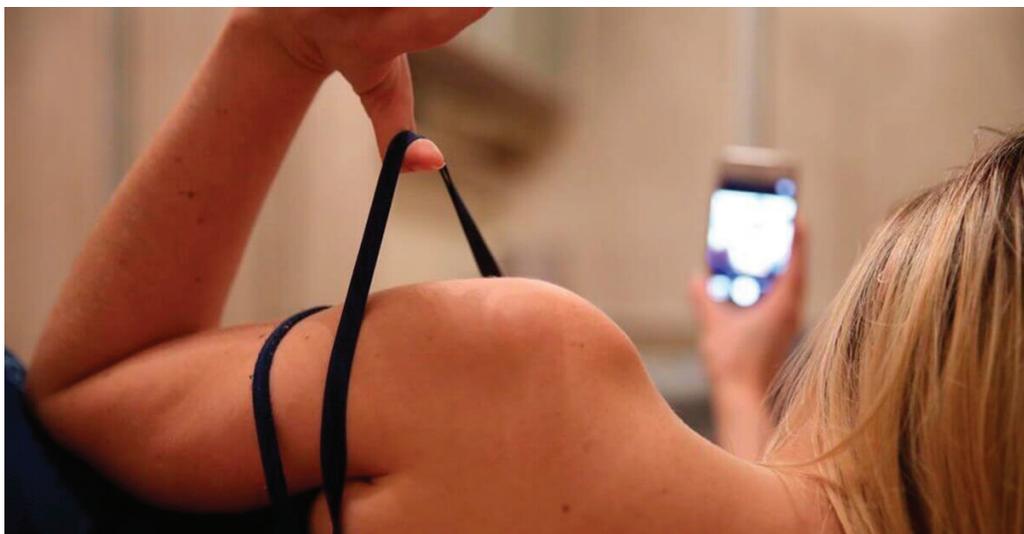
Após realizarem uma transmissão ao vivo, eles acabaram sofrendo um choque de realidade: um dos espectadores havia filmado ilegalmente e distribuído o conteúdo em sites pornô, nos quais constava o vídeo e diversas informações sobre o casal, como suas mídias sociais. “A maior exposição foi a minha, porque foi meu rosto, meu nome e sobrenome. Em nenhum momento eu vi o nome do Kauê”, conta Renata.

O site opera de maneira irregular e não pode apoiar seus colaboradores, já que não possui nenhuma representação jurídica em território nacional e conta com termos de uso em outro idioma. Essa situação faz com que seus contratos não sejam válidos no Brasil, o que vai de encontro com as leis nacionais, como explica Raphael Chaia, advogado, professor e pós-graduado em Direito Digital: “O OnlyFans, na prática, não está de acordo com a legislação brasileira, sequer observa disposições do marco civil da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados)”.

Raphael explica que o caso não pode ser tipificado como pornografia de vingança, uma vez que a intenção do casal era distribuir o conteúdo e, portanto, se encaixa no crime de quebra de direitos autorais, sendo responsabilizados tanto o usuário que distribuiu cópias ilegais, como a plataforma que permitiu o delito. Para que haja o bloqueio do site, o caso deve ser levado aos tribunais por alguém que tenha se sentido lesado ou por um movimento da sociedade civil que aponte um potencial dano que ele possa causar, como aconteceu com o polêmico Lulu, aplicativo onde mulheres avaliavam de forma anônima o desempenho sexual de homens e que foi banido do país após ação coletiva.

Como uma alternativa à utilização da plataforma, existem outras opções de serviços sexuais por meios digitais em que produtores usam as mídias sociais para divulgar seu trabalho e encontrar clientes. É o caso de Lua (nome protegido sob pseudônimo) que, através do Twitter, encontra interessados no seus serviços.

Lua conta que, antes, buscava na internet um ‘*sugar daddy*’, homens mais velhos que se relacionam com mulheres jovens e “bancam” para elas um estilo de vida de luxo, com presentes e viagens. Ela desistiu desse plano após uma tentativa de golpe e então migrou para a venda de “pack de nudes”. “Eu topei com esse



© Reprodução

Mulher tirando  
fotos íntimas

mundo do sex work e era uma coisa que eu já fazia de graça, então o que custa fazer para ganhar uma grana?”, pontua Lua.

A jovem ainda comenta que a pandemia trouxe muita pessoas para o meio, principalmente a partir de julho do ano passado, por conta de necessidades financeiras: “Eu vejo muita gente pedindo para comprar os vídeos e fotos porque precisa comprar almoço, ração para animais, pagar o aluguel, comprar os livros da faculdade [...]”.

Apesar de uma possível saída para os conflitos econômicos, há uma enorme problemática ao redor da produção de conteúdo explícito de forma autônoma: a comprovação da identidade. Para criar uma conta no OnlyFans, por exemplo, o usuário passa por uma série de verificações, como comprovações de documentos, inclusive para atestar tanto a maioria do possível produtor e consumidor, quanto para que não haja perfis falsos.

Como a plataforma já se encarrega de realizar essa verificação, os criadores não se preocupam se o público já tem 18 anos ou não. Todavia, para quem trabalha como *sex worker* em outras redes, a comprovação precisa ser feita de outra forma.

“Eu verifico meus clientes antes de vender qualquer coisa. Peço para eles mandarem foto do RG, aparecendo o nome e data de nascimento, além de pedir para desenharem algum símbolo do lado, para eu saber que não é imagem da internet”, conta Lua.

A jovem ainda complementa: “A comunidade *sex worker* do Twitter é bem unida, principalmente contra menores de idade. Existem vários perfis gerais que denunciam se alguém com menos de dezoito tenta comprar, e todo mundo se junta para denunciar. Também existem contas que fazem verificação, pedindo fotos tanto de documentos quanto fazendo coisas específicas, como segurando uma escova de cabelo, por exemplo.”

O fator da idade é fundamental, especialmente pra quem trabalha nesse meio, visto que comercializar conteúdo adulto para quem não atingiu a maioria é

ilegal. “Se você é menor de dezoito anos, existem medidas do Estatuto da Criança e do Adolescente que falam especificamente sobre produção, distribuição, comércio, cedência, entrega, importação e exportação de material pornográfico na parte dos crimes”, afirma Chaia.

Entretanto, esses aplicativos não são limitados apenas às vendas. Vee Sky, que também já comercializou material íntimo através do Twitter, contou que usava a rede social mais como um meio de divulgação do seu outro trabalho como acompanhante. “Eu postava fotos, mas era muito mais com o objetivo de construir uma imagem. Queria ter um perfil para mandar para meus possíveis clientes e eles verem que eu não era nenhum golpista e que eu já tinha um nome formado dentro da área.”

Ele ainda comenta que já chegou a ter seus conteúdos do Twitter colocados em outros sites sem sua permissão. “Uma vez, pegaram um dos meus vídeos e subiram no Xvideos. Na época, eu nunca tinha feito nenhum pornô, não tinha nem OnlyFans.

Eu denunciei e deu tudo certo, tiraram do ar”, contou.

Depois de ter passado por outras experiências ruins, tanto no OnlyFans, quanto como garoto de programa, Vee Sky decidiu abrir um canal no YouTube para compartilhar suas vivências. Além disso, ele conta que também recebe muitos pedidos de ajuda de jovens que querem entrar na prostituição. “É um assunto sério, porque eu comecei cedo e tenho muitos arrependimentos. Quero proteger esses jovens para que eles não passem pelas mesmas situações que eu.”

O cantor ainda revelou que quer divulgar as informações que não teve quando iniciou, principalmente sobre os perigos desse ambiente. “Eu sempre me preocupo com os jovens, mesmo sendo um, principalmente agora que comecei a ver muitos adolescentes de menos de 17 anos entrando nesse meio. Você é lembrado uma vez por ano que existe prostituição infantil quando passa algum anúncio na TV, mas, eu não. Eu vejo isso todo dia”, afirma.



© Vee Sky

Vee Sky, cantor  
e Youtuber e  
ex-produtor de  
conteúdo adulto

# São novos tempos... até para o mundo geek

Com personagens marcantes e representativos, o mundo dos super-heróis está cada vez mais inclusivo no cinema, nas animações e nos quadrinhos

Por Fabrício De Biasi, Flavia Cury, Gabriel Yudi e Leonardo Matias Duarte

Grande parte dos super-heróis clássicos, como Batman e Super-homem, são brancos, héteros e homens. No Brasil, país com um grande público *geek*, 54% da população é preta. No mundo todo, mulheres e asiáticos também são maioria. Mesmo assim, ainda faltam exemplos de representatividade dentro desse universo.

Desde o início do século 21, as minorias começam a ganhar força em desenhos animados, quadrinhos e filmes de heróis, dando espaço para a diversidade étnica-social. Um exemplo é o personagem Pantera Negra (que Chadwick Boseman esteja em paz!), filme de 2018 protagonizado por pretos, cuja bilheteria superou filmes como *Batman vs Superman* (2016).

Quando crescemos rodeados de heróis que nos representam, é mais fácil acreditar e colocar valor em si mesmo. Afinal, se nossos semelhantes da ficção conseguem, nós também conseguimos. Por isso, a identificação com o entretenimento é tão importante, ainda mais no mundo dos super-heróis, ambientado por ícones admirados e poderosos.

Lucas Santana, dono do canal *Mundo Geek* no Youtube, diz que foi uma mudança gradativa para fãs mais velhos e comenta sobre alguns personagens marcantes.

## Shang-Chi



O povo asiático e seus descendentes recebem pela primeira vez um representante em filmes com a magnitude que a Marvel e a Disney alcançam. É um dos primeiros passos para que o continente mais populacional do mundo comece a ganhar espaço com atores principais e não só coadjuvantes.

A representatividade asiática cresceu nos últimos anos. O filme do personagem Shang Chi, protagonizado por um herói asiático, será lançado pela Marvel em setembro de 2021. Espera-se que chegue perto, em termos de números e aprovação, ao filme do Pantera Negra.



Miles Morales em *Homem-Aranha no Aranhaverso*

O mestre em Kung Fu tem a missão de proteger o mundo dos vilões e o mistério dos dez anéis, os responsáveis pela trama do filme, mas que são fortes com guerreiros cósmicos aprisionados em cada um. A realização do filme mostra que não só os ocidentais brancos são os heróis.

Lucas Santana tem uma opinião enérgica sobre o tamanho do filme e sua representatividade para o povo asiático: "Shang-Chi é um personagem nível B/C da Marvel que, infelizmente, poucas pessoas conhecem e participou de pequenos arcos nos quadrinhos. Já o Pantera esteve sempre no primeiro escalão, participando de grandes momentos da editora de filmes. No entanto, se o filme for excelente ou no mesmo nível do *Pantera Negra*, acredito que a receptividade pode ser a mesma".

## Falcão



A série *Falcão e o Soldado Invernal*, da Disney Plus, dominou as atenções no último mês de abril. O tema principal é a passagem do manto de Capitão América para Sam Wilson, um homem negro, soldado estadunidense e membro dos Vingadores.

Mais conhecido pelo seu apelido Falcão, nos quadrinhos sua história de origem é muito diferente do Cinematográfico Marvel, sendo um gangster que conseguiu

sair da vida do crime, ao invés de ser um integrante do exército.

A primeira impressão é de que o foco principal seria a ação contra um inimigo maior, além da pressão de ter que se tornar um combatente à altura de seu antecessor, Steve Rogers. Contudo, no decorrer dos episódios, discussões muito mais profundas e realistas se instalam no meio da ficção. O tom da série muda quando os personagens principais fazem uma visita ao veterano de guerra Isaiah Bradley, que conta sua trágica trajetória e coloca na mesa a hipocrisia dos valores dos EUA.

O ex-soldado revela, assim como Steve Rogers, ter servido de cobaia em experimentos para a criação de um super soldado. Porém, mesmo com o processo dando certo e ele arriscando sua vida em nome do país, não teve a mesma glória do status de se tornar um símbolo e o motivo foi ele não ser loiro dos olhos azuis, mas sim um homem afrodescendente. De maneira muito forte, ele dá um conselho para Sam Wilson sobre como a sociedade nunca aceitaria por completo um homem da sua cor como representante da nação devido ao fato dela, em sua fundação, ter uma mentalidade racista.

Outra cena marcante da série foi quando Sam discute com seu parceiro Buckley, antigamente chamado de Soldado Invernal, e são abordados por dois policiais em Baltimore, Maryland, cidade marcada pela morte de Freddie Gray em 2015, causada pela polícia. Apenas Sam foi reprimido e ameaçado quando um dos oficiais se preparava para pegar uma arma, o que é resolvido no momento em que eles reconhecem o herói. Ou seja, ele só foi tratado com dignidade por ser famoso, mas caso

fosse um homem negro civil, poderia ter tido um destino muito pior.

É visível que a situação não é diferente quando, baseados em puro preconceito, membros da comunidade *geek* fizeram duras críticas a decisão de fazer do Falcão, o novo Capitão América.

Na contramão desse pensamento, Santana acredita que a reconstrução de personagens, como o Superman, caso ele fosse negro ou de outra etnia, é bem-vinda e uma ótima forma de inclusão. Contudo, ele também ressalta a existência de algumas exceções, em que as cores dos personagens são significativas tanto na questão da história, quanto socialmente, tais quais o Pantera Negra ou o Super Choque.

No momento em que vivemos, no qual finalmente as vozes negras estão começando a ser ouvidas por conta de movimentos como o *Black Lives Matter*, a Marvel propôs levantar uma reflexão que Anthony Mackie, ator que fez o Falcão, resumiu com o questionamento: um homem negro pode representar um país que não o representa?

## Arlequina



*Aves de Rapina: Arlequina e sua Emancipação Fantabulosa* (2020) veio aos cinemas com uma versão diferente da *Harley Quinn de Esquadrão Suicida* (2016). A palavra “emancipação” no título não é à toa: o filme mostra um passo enorme para a protagonista, libertando-a do Coringa e da hipersexualização.

Desde sua estreia em *Batman: A série animada* (1992), Arlequina era relacionada ao palhaço do crime. Somente na fase *Os Novos 52* (2011-15) dos quadrinhos, Harley brilhou de forma independente, deixando escancarado seu potencial fora da sombra de um homem.

De *shorts* curto, camiseta molhada e saltos inapropriados para lutar, *Esquadrão Suicida* corrobora com a ideia de objetificação da vilã, feita para ser apreciada e desejada. Já em *Aves de Rapina*, ela é humana. É uma Harley que troca o salto-alto por patins que dão velocidade para perseguir o inimigo, que sofre porque seu sanduíche favorito caiu no chão e que, principalmente, ao invés do apelo sexual, tem destaque a sua personalidade peculiar, no maior estilo caótico neutro.

Outro aspecto de Quinn mostrado brevemente no filme de 2020, é a bissexualidade. Fato que não é novidade nos

quadrinhos, visto a relação da anti-heroína com a personagem Hera Venenosa. Inclusive, as duas apareceram em *Love is a Battlefield* (2021), que traz uma coletânea dos maiores casais da DC Comics.

Entretanto, o reconhecimento do casal nas HQS custou para acontecer, tanto pela homofobia no ramo, quanto pela insistência dos autores na relação Arlequina e Coringa, baseada em violência física, negligência emocional e abuso psicológico. Felizmente, hoje está cada vez mais incomum exibir relacionamentos desse cunho no entretenimento de forma romantizada.

Por isso, as duas sempre tiveram narrativas com o romance apenas subentendido. O namoro concreto ficava reservado para realidades alternativas fora da continuidade, tanto é que o primeiro beijo oficial só aconteceu em *Os Novos 52*. Para Santana, é uma mudança que, se fosse vinte ou trinta anos atrás, o público não abraçaria.

Nas animações, o enredo de *Harley Quinn* (2019) não hesita ao abraçá-las. Trazendo uma trama envolvente e engraçada, a série desenvolve o relacionamento de forma natural, contando a trajetória de uma amizade que se tornou romântica.

Nesse desenho animado, pontua-se o afastamento da ideia de “se assumir”. Arlequina cai de cabeça na paixão e Hera Venenosa, mesmo demorando mais para aceitar seus próprios sentimentos, também. Em nenhum momento elas têm necessidade de dar satisfações, apenas se amam sem medo de ser quem são. “Afinal, temos total liberdade de sermos quem quisermos”, diz Santana.

## Pantera Negra



Um clássico moderno e exemplo de diversidade é o personagem Pantera Negra. T'Challa é príncipe do reino de Wakanda, país fictício no Universo Marvel, no continente africano, que após a morte do pai, assume o cargo de rei e definitivamente o manto de Pantera Negra. Além de ter sido um grande marco nas histórias em quadrinhos, seu live-action no Universo Cinematográfico da Marvel, em 2018, foi um verdadeiro sucesso. No Oscar 2019, por exemplo, ele levou os prêmios de melhor figurino, melhor trilha sonora e melhor direção de arte, além de ter sido indicado ao Oscar de melhor filme. E de acordo com Santana, o filme do Pantera Negra é o filme mais importante da Marvel.

Este filme narra um pouco a história de Wakanda e de seu povo, e a real beleza do longa é a ambientação: a mescla entre a natureza vasta, a modernidade e tecnologia é a junção perfeita, cheia de detalhes surpreendentes e visualmente impressionantes.

A cultura africana ganhou uma imensa representatividade neste filme. O figurino das guerreiras, por exemplo, é repleto de referências aos trajes usados pelo povo Maasai, que vive no sul do Quênia. Algumas roupas utilizadas pelo protagonista são inspiradas em vestes do grupo étnico Akan, que vive no território que compreende a Gana. Também há um conselheiro de T'Challa que usa um prato labial, semelhante aos utilizados pelos Mursi, que vivem no sudoeste da Etiópia.

Outro fator de importância são as personagens e suas relações sociais e políticas, como o vilão Erik Killmonger, fazendo comentários críticos ao racismo, tema esse que demorou muito para chegar nos filmes da Marvel.

Além do racismo, outros temas como xenofobia e questões de justiça, vingança e honra estão presentes, “Nenhum outro filme de super-herói, antes, conseguiu tocar nessas temáticas e acertar com tanta precisão.”, afirma o youtuber.

O impacto cultural deixado é imprescindível. Muitos consideram o melhor filme já feito dentro das produções da Marvel. A posição dele no *ranking* de maiores bilheterias do mundo é a de número 12, chegando a mais de um bilhão de dólares.

Sua sequência (*Black Panther: Wakanda Forever*) já ganhou data de lançamento: 8 de julho de 2022. Espera-se que as produções da Marvel possam continuar diversificando seus filmes, histórias e seus personagens ao longo dos próximos anos, porque precisamos muito disso.

Vale ressaltar que, apesar da melhora observada nos últimos anos, ainda falta muito. O protagonismo de mulheres pretas, asiáticas e indígenas é escasso. Normalmente, são colocados como coadjuvantes e fetichizados. No caso dos povos asiáticos, é comum ver personagens brancos inspirados na sua cultura.

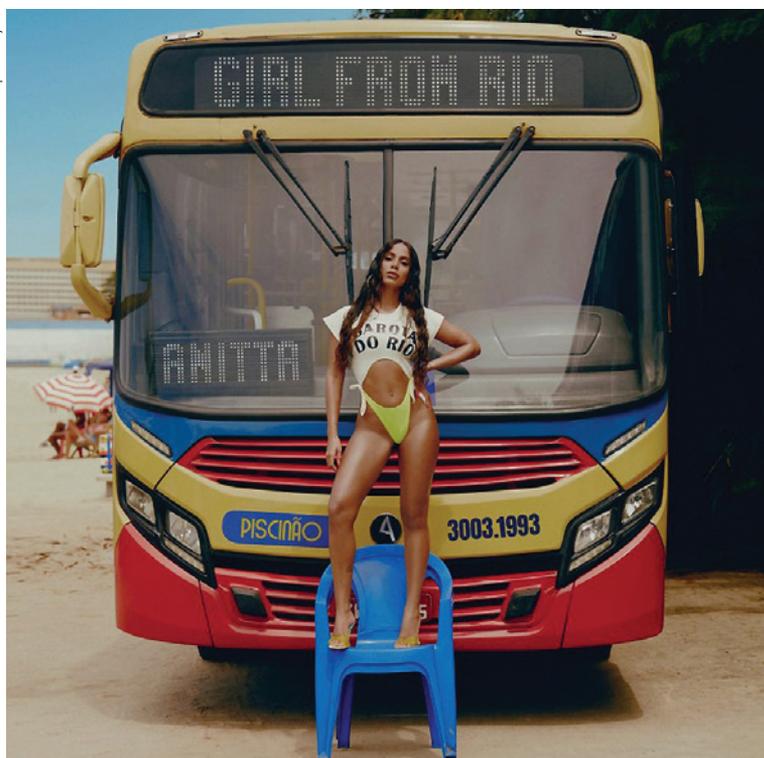
A presença da comunidade LGBTQIA+ também é rara – estranhamente, no catálogo extenso de heróis do MCU (Universo Cinematográfico Marvel) nenhum faz parte dela.

A luta pela diversidade é essencial para percebermos que a visão do ocidentalismo branco é ultrapassada. A mudança começou na vida real e a ficção não pode ficar para trás. Nas palavras de Joe Russo (produtor de muitos filmes da Marvel): “Diversidade – tanto na frente quanto por trás das câmeras – será o novo padrão”.

# Exportação do pop brasileiro para o mundo

Lançamento de *Girl From Rio* levanta discussão sobre o envolvimento de cantores brasileiros no mercado internacional

© Reprodução



Capa do single "Girl From Rio", de Anitta

Por Beatriz Loss, Enrico Souto, Júlia Zuin e Matheus Monteiro

No dia 19 de abril de 2021, Anitta trazia ao mundo o single *Girl From Rio*, prometendo ser o início de uma longa campanha para o lançamento de seu próximo álbum, que levará o mesmo nome. A música foi um sucesso, ultrapassando 20 milhões de visualizações no YouTube e 15 milhões de *plays* no Spotify. A publicidade foi massiva: a imagem da cantora fazendo pose em cima de uma cadeira de plástico à frente de um ônibus urbano já atingiu o imaginário dos fãs e a canção já marcou presença com performances em programas clássicos da TV norte-americana como *Jimmy Kimmel Live* e *Today Show*.

A sonoridade da faixa é marcante, trazendo um *sample* de *Garota de Ipanema*, canção facilmente relacionável à cultura brasileira, inclusive internacionalmente, embalado por batidas de *trap*, gênero musical único e moderno, que dá outra cara para o clássico da bossa nova. Anitta faz questão de evidenciar sua proposta. A letra diz: "Deixa eu te contar sobre um Rio diferente/O de onde eu vim, mas não o que você conhece". A artista, portanto, se dispõe a desconstruir a imagem estereotipada e romantizada que o mundo tem do Rio de Janeiro, em uma ode celebratória à cultura de sua cidade natal. Porém uma escolha artística chama a atenção. A música é inteiramente cantada em inglês.

Músicas brasileiras sendo exportadas não é um fenômeno novo, mas cresceu consideravelmente nos últimos anos. O funk já é o gênero nacional mais escutado lá fora e hits como *Bum Bum Tam Tam*, que totaliza 1.6 bilhão de visualizações no YouTube, tomaram conta das pistas internacionais. *Ela É do Tipo*, de Kevin O Chris, recebeu um remix com o aclamado *rapper* e cantor pop Drake, e Cardi B trouxe a versão funk de Pedro Sampaio de sua música WAP diretamente para os palcos do Grammy.

Contudo, hoje há uma diferença nessa movimentação. Se antes essas músicas eram produzidas para o público nacional e ganhavam visibilidade mundial devido a implicações diversas, agora, com o pop, essa exportação tornou-se um projeto de carreira. Um planejamento de marketing minuciosamente elaborado para ocupar as principais posições nos *charts* internacionais.

Ainda em abril, ocorreram colaborações entre Luísa Sonza e Katy Perry, em um *remix* de Bruno Martini da faixa *Cry About It Later*, e entre Gloria Groove e a *rapper* Iggy Azalea no *remix* de *Brazil*. Todas, assim como *Girl From Rio*, cantadas predominantemente em inglês, com sonoridades predominantemente norte-americanas. Além disso, Anitta já deixou claro em entrevistas que voltará sua carreira exclusivamente para o público internacional e que, de todos os seus próximos singles, nenhum deles será cantado em sua língua nativa. Visto isso, a pergunta

que fica é: por que os artistas brasileiros têm se submetido a isso?

O dicionário Novo Aurélio define a palavra "pop" como a redução da palavra "popular" em expressões como *pop art*, traduzida como "arte pop". Desse modo, a expressão "cultura pop" refere-se amplamente a cultura popular: "a ideia de cultura pop sempre esteve atrelada a formas de produção e consumo de produtos orientados por uma lógica de mercado, expondo as entranhas das indústrias da cultura e legando disposições miméticas, estilos de vida, compondo um quadro transnacional de imagens, sons e sujeitos atravessados por um semblante pop" afirmou Simone de Sá, no artigo "Cultura Pop". Além de ser algo cultural, também visa uma questão midiática, um produto do sistema capitalista e pode ser representada por várias formas de artes, entre elas, a música.

O gênero musical pop surgiu nos Estados Unidos em 1950 e abrange múltiplos estilos musicais que o antecedem, como jazz, country e rock. O pop, com o passar dos anos, foi conquistando gradativamente mais espaço na sociedade e, por ter se tornado um produto da cultura de massas, foi impulsionado pelas tecnologias da época, como a televisão. No Brasil, o pop ganhou espaço em 1970, promovido principalmente pela produção e vendas de discos: "O Brasil teve movimentos pop anteriores, como a Jovem Guarda. Mas nessa época o mercado de discos no país era muito pequeno, de oito a dez vezes menor do que no começo dos anos 70. Não existia uma indústria musical brasileira quando a Jovem Guarda surgiu. Uma cena pop, com grandes vendedores de discos e uma indústria pujante só surgiu mesmo depois do 'milagre econômico", cita o jornalista

© Reprodução



Anitta e J Balvin no clipe de "Downtown"

André Barcinski, em entrevista ao programa Galeria, da Rádio Cultura Brasil.

Assim como nos EUA, o pop no Brasil foi impulsionado pela tecnologia, diretamente ligado a algo popular, sobretudo à mídia. É comum relacioná-lo também à Música Popular Brasileira (MPB), pois ambas são, de fato, populares. Contudo, a diferença é que MBP refere-se à produção cultural nacional após a ditadura militar de 1964, fruto de uma ação coletiva, logo, sem a tentativa de massificação de indivíduos. Assim como o MPB, o pop também é cultura popular, entretanto, transbordou essa noção e, ao aliar-se diretamente com a mídia, tornou-se um produto da cultura de massas.

Atualmente, as maiores cantoras da música pop brasileira são Anitta, Iza, Pablo Vittar, Gloria Groove, Luisa Sonza e Ludmilla. As músicas dessas artistas apresentam ritmos envolventes e letras chicletes que viralizam em questão de minutos.

Além de fazer sucesso nacionalmente, nos últimos anos elas também vêm conquistando o público internacional. Muitos deles já fizeram várias parcerias com cantores americanos ou latinos *reggaetoneros* da Colômbia, Porto Rico, etc. Gloria Groove fez a icônica parceria com Iggy Azalea na música *Brazil*, onde canta parcialmente em português, Ludmilla fez parceria na música *Onda Diferente* com o grande Snoop Dogg.

Já a cantora Anitta, que cresceu imensamente em poucos anos, fez inúmeras parcerias com grandes nomes internacionais, como Becky G em *Banana*, Maejor em *Vai Malandra*, Major Lazer em *Sua Cara*, também com participação de Pablo Vittar.

Desde o final do ano passado, Anitta já vinha anunciando e avisando seus fãs de que em 2021 se concentraria na carreira internacional. “Agora eu não dirijo mais minha carreira e os meus empresários [americanos] querem focar em canções em espanhol e em inglês. Vocês só vão me ver cantando em português como participação, porque não quero deixar os fãs de lado”, declarou a cantora na entrevista coletiva de lançamento do *single Modo Turbo*, de Luisa Sonza, no qual fez uma participação em português.

Em outubro do ano passado, a cantora postou um vídeo em seu Instagram dizendo que ficava triste quando os fãs reclamavam que ela cantava em outros idiomas, mas que tudo tem um motivo e que esse era o momento da carreira dela.

Vitor Lobo, patrimonialista cultural, em entrevista ao **Contraponto**, afirma que “temos que pensar no fenômeno da

© Reprodução



Luisa Sonza, Pablo Vittar e Anitta no clipe de “Modo Turbo”

indústria cultural. Se um artista atua dentro de uma frente em que ele leva a cultura dele e tem um retorno financeiro, é algo natural que qualquer empreendedor fará. Agora, tanto Gloria Groove quanto Anitta, têm trabalhos espetaculares de administração da carreira”.

O último hit de Anitta, *Girl from Rio*, gerou polêmica. Na internet, muitos afirmaram que cantando em inglês e em um ritmo diferente do de costume, a cantora não estaria realmente levando a cultura brasileira para fora. De fato, o funk brasileiro é um dos ritmos que mais fazem sucesso internacionalmente. O hit *Bum Bum Tam Tam* do MC Fioti, foi lançado quatro anos atrás e faz sucesso até hoje na boca dos americanos. Também, a música *Vai Malandra*, da própria Anitta, cantada em português, alcançou o top 200 do Spotify em diversos países.

Anitta está divulgando a cultura brasileira para um público que naturalmente ela não se comunicaria, e a forma que ela conseguiu isso foi cantando inglês, muito pelo fato do norte-americano não receber muito bem culturas de outros países. Não se pode negar que existe um certo preconceito com o conteúdo de fora e um certo protecionismo e valorização do conteúdo local por parte deles. O fato de que ela e outras cantoras brasileiras estarem conseguindo quebrar essa barreira é muito significativo e importante, pois elas podem servir de vitrine para mostrar o que o Brasil tem a oferecer musicalmente.

A cantora possui projetos femininas e de grande abrangência como na já citada *Vai Malandra*, onde ela canta sobre a realidade que viveu nas ruas do Rio de Janeiro, algo carregado de representatividade, correspondente com a realidade vivida por inúmeros brasileiros nas comunidades não só no Rio mas no resto de todo o Brasil.

Já nos lançamentos mais recentes, em *Girl from Rio* e *Me Gusta* ela traz uma valorização da mulher brasileira e latina respectivamente, que só ajudam a reforçar a representativa dos temas abordados

por Anitta e como eles possuem extrema relevância.

O fato do idioma utilizado por ela não ser o nativo não desqualifica ou minimiza o impacto dos temas propostos. Na realidade, só enriquece ainda mais, por permitir que outros povos conheçam melhor esses aspectos do nosso país.

Inevitavelmente a indústria da música vai de encontro com a vontade das massas, do dinheiro e de números. Se uma ação puder ser tomada para aumentar o engajamento, certamente o artista tomará essa medida. Para Vitor Lobo, a desvalorização da cultura musical brasileira beira o caos, então, é natural que se busque uma projeção internacional e esse reconhecimento pode ser necessário para consolidar o trabalho nacional.

O que Anitta tem que pensar é que, querendo ou não, ela é uma das representantes do Brasil no mundo, posição que demanda certa atenção e um senso de responsabilidade. Algo que a cantora vem tratando com muita seriedade e compromisso com o povo brasileiro.



Anitta no Morro do Vidigal em clipe de “Vai Malandra”

© Reprodução



No céu, as pipas parecem se abraçar

## Mundo pela janela

Por Victoria Nogueira

AO INÍCIO DO MÊS DE MAIO, manter-se isolado permanecia sendo necessário. Assim, os dias se arrastavam norteados pelo mesmo roteiro, expectativas, picos de esperança. Estávamos de costas para o mundo, escondido pelas cortinas.

A janela era uma das poucas saídas com a possibilidade de apreciá-lo sem botar os pés para fora. Se a televisão, computadores e celulares cumprirem papel equivalente nesta realidade tão moderna, não tenho medo em dizer que, em termos de beleza, o cenário proporcionado pela janela ganha com suas cores, por si só capazes de transmitir a sensação de se estar realmente vivo, ainda que envolto por quatro paredes.

Pois a janela, dona de bordas cinzas e coberta por trapos de pano que rotineiramente mudam de estampas, é uma velha conhecida, seja minha ou dos demais moradores da casa. Afinal, como ela passaria despercebida? Ela, a única passagem dos raios solares para dentro do cômodo. Também era a entrada para o suspiro trazido pelo vento que, com sua ousadia, acalmava os ânimos aflitos ocasionados pelo verão escaldante, que há pouco se despedira do Hemisfério Sul. Faça chuva ou calor, o quadrado nunca era poupado da ação da natureza. De tantas tardes idas e vindas, a pintura mostrava-se enferrujada e ligeiramente descascada. Nenhum passarinho ousaria pousar ali.

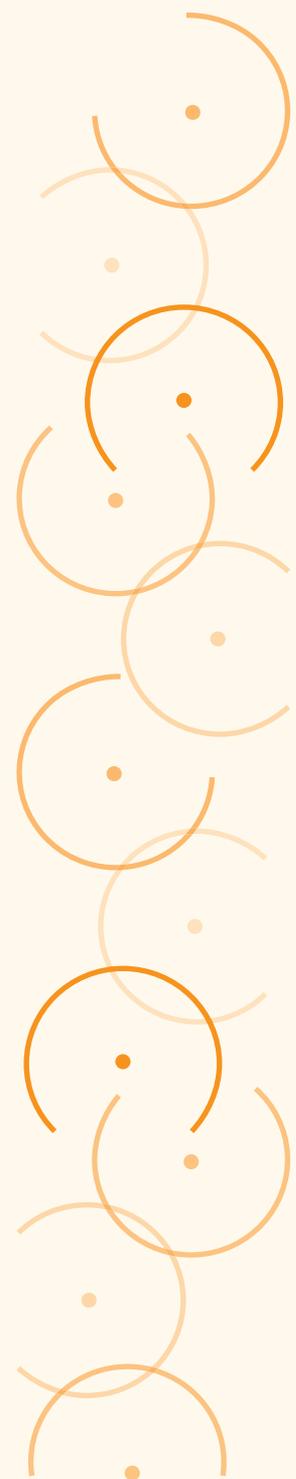
Perante a vista, existe um muro, feio e sem graça, que tampa a visão para o horizonte. Ao longo das madrugadas, ele se

tornava ponto de encontro para gatos boêmios que exclamavam serenatas aos seus novos amores. Contudo, apesar das limitações impostas pela placa de tijolos, bastava olhar para cima para descobrir outra passarela: o próprio céu. E quantas vezes aquele azul excessivo nos ganhou matéria de importância para além do pôr do sol?

Alguns minutos foram suficientes para que eu avistasse periquitos verdes bailando pela paisagem. Lembravam a Mata Atlântica. Eles seriam sucedidos pelos aviões, guiados por trilhos invisíveis, e que contrapunham as aves anteriormente observadas. Porém, um elemento em comum: ambos enfatizavam a presença de vida na cidade.

Duas pipas, discretamente, davam as caras. De lados opostos, sabe lá a identidade das pessoas que as empinavam. Brigavam, digladiando para ver quem cairia primeiro. Outrora, a “guerra de pipas”, como nomeei o episódio, não viria a ser assistida pelos meus olhos já condenados à miopia. Entretanto, com a sorte de portar uma câmera no momento que as observei, apontei-lhes a lente que passou a enxergar por mim. Coloridos, os “papagaios” travavam uma disputa digna de deixar o mais valente dos romanos com inveja da elegância e desenvoltura empregadas em prol da derrota do inimigo.

Antes do final da batalha, como bons adversários, elas pareciam se cumprimentar. Com suas linhas entrelaçadas, se tocavam no céu. E eu, apoiada sobre a janela, não pude parar de pensar: depois de tanto tempo, finalmente, um abraço.



# Saber que Nunca é Tarde

Por Malu Marinho

**SUBINDO E DESCENDO A RUA** era onde podia encontrá-la. Com caderno em mãos, por vezes guardado na mochila. Os livros jamais eram esquecidos, estava sempre atenta. Com a pele escurecida pelo sol cearense e o rosto de menina iluminado por um sorriso, Maria estava longe de ser uma garotinha. Com mais de seus 80 anos, alguns filhos e netos, disposição de invejar e uma bela casa com portão de madeira que marcava o número oito, subia e descia a rua, sempre com compromisso.

Quando abordada pelas vizinhas para fofocar, ela logo interrompia, dizendo: “olha, me desculpa, mas estou indo estudar”. Colocava os cadernos de um lado para o outro e, com sorriso no rosto, subia a rua. Depois descia. Sempre com compromisso.

“Como foi a aula, dona Maria?”, perguntavam de canto. Sua resposta era sempre positiva, educada e esperançosa: “aprendi tanta coisa”. Que incrível era vê-la de um lado para o outro com os livros nas mãos, subindo e descendo a rua, sempre com compromisso.

Não sei ao certo o que chamava mais atenção: sua idade ou a vontade que tinha de estudar. A disposição de aprender de alguém provavelmente bem mais jovem, que lhe dizia que aquelas consoantes e vogais formavam palavras e que frases necessitam de concordância verbal. Concordância? De tanto concordar versos em prosa, vida em ficção, ela escreveu um livro, para si mesma, nada para se “*amostrar*”. E nessa correria de aprendizagem, o número oito de sua casa marcava o tempo de ida e vinda, com os livros na mão, subindo e descendo a rua.

Se questionada sobre sua trajetória, ela ria, escorava o corpo no canto do portão e tocava o batente dizendo: “acho que não consigo falar nem a metade”, despertando ainda mais curiosidade em quem queria ouvi-la. Entre pontos e vírgulas, mestres e doutores sabe-tudo, nunca aprendi tanto quanto com ela nessas subidas e descidas.

O que a fez sair do Nordeste para ir ao Sudeste achando que teria coisa boa por aqui? Coisa boa que nada, dona Maria. Por aqui, o que temos para oferecer é uma dose de sarcasmo, poluição e sanduíche de mortadela. Mas não



Luiza Marinho lendo “Feliz Ano Velho” de Marcelo Rubens Paiva



Portão número oito

© Malu Marinho

importava, contanto que ela estivesse com uma mochila nas costas, livros na mão e força nas pernas para subir e descer a rua. Sempre com compromisso.

Em um bairro do extremo sul paulista, estava aquela casa de número oito. Por aqui, todas as portas numeradas em desordem e incoerência sabem como as coisas funcionam. Identidade? Maria estava aprendendo sobre isso na primavera. Mas fazia frio, porque a realidade nem sempre tem sentido. E por aqui todas as portas numeradas em desordem e incoerência sabem a realidade em que vive o outro lado da ponte.

Dona Maria não sabia direito o que significava “meritoricidade”, mas não gostava do soar da palavra. Alguém sempre perguntava: “por que, dona Maria?”. E ela respondia que tinha vaga na escola onde estudava. Nunca soube se o tom era de ironia ou humildade. Para ela, estudar era resistir a um sistema que já lhe condena ao fracasso. Digo, condena pessoas como Maria. Condenava uma mulher que merece viver, amar e estudar, como outra qualquer no planeta. Mas não se prolongava muito em discussões, colocava o livro de um lado para o outro, sempre com compromisso.

Com um rádio de pilha ligado no canto da calçada, ela sabia que quem passava podia ouvir baixinho: “*eu não estou interessado em nenhuma teoria, em nenhuma fantasia, nem no algo mais*”. E fazia questão de terminar junto com o cantor: “*amar e mudar as coisas me interessa mais*”. Entre bocejos e sonhos matinais, a ideia de esperança e persistência tão presente nas músicas de Belchior a fazia se sentir conectada. Realmente estava.

Conectada com a rede que ajudou a tecer, enfeitada com as rendas nordestinas e bordada com cordéis feitos pelas próprias mãos. Não precisava sequer de fala para emocionar qualquer um que por ela passasse. De uma simplicidade que constrange e força que abraça, era essa a mulher que vivia subindo e descendo a rua, sempre com compromisso.

Maria, com certeza, gostaria de ter ouvido dos pais que ela precisava terminar a escola e começar uma faculdade. Ela queria ter escolhido um curso, seu destino de viagem. Mas precisava ser “alguém” na vida: trabalhar, porque sabia que deste lado da ponte não se ganha carros ou smartphones. No sertão não se vende Apple ou Gucci. Precisava vir para a terra da garoa, encontrar gente boa e entender que, na verdade, Maria sempre foi alguém.

A realidade que tentam esconder a todo custo é que todo mundo é alguém. Mas essa é apenas a história de Dona Maria, que flerta com uma pequena utopia, com a esperança de que nunca é tarde, e a desconstrução do que é idade. Essa é apenas a crônica de uma senhora que acordava todo dia, se arrumava, procurava os livros e os guardava na mochila ou por vezes os levava no braço, para subir e descer a rua, rumo à escola. Sempre com compromisso.

# A história da moda e seus diferentes corpos

*O surgimento de muitas tendências teve relação direta com a mudança brusca que a população sofreu nesse período pandêmico*

© Elisabeth Vigée-Lebrun



Quadro da monarca francesa Maria Antonieta

Por Beatriz Vasconcelos, Larissa Isabella Sousa e Maria Luiza Oliveira

O surgimento da moda se deu no fim da Idade Média e início do Renascimento na Europa, em meados do século XV, onde a roupa era usada para diferenciar as classes sociais. Contudo, a opção de ter diferentes tipos de roupas e seguir um determinado estilo se manteve restrita à nobreza da época ou elite por mais de 300 anos. A sua origem foi no Ocidente, como explica a jornalista e doutoranda em moda Gabriela Cabral: “A moda é um fenômeno ocidental, pois nessa época de seu surgimento, os orientais tinham um apego pela tradição. Já no ocidente tinha essa ideia do novo, do exuberante.”

A burguesia queria se diferenciar do resto do povo, que, por razões econômicas, não tinham condições de seguir as tendências da nobreza e sabiam o que iam vestir até morrer. Já os outros, por terem dinheiro, copiavam os nobres, que por sua vez tornavam suas roupas ainda mais detalhadas para evitar essa ação. O maior símbolo da extravagância foi na corte francesa de Versailles, com a rainha Maria Antonieta. É visível que a atitude de criação, inovação e de cópias por outros é o que move até hoje o mercado da moda. “A moda é caracterizada pela novidade”, afirma Cabral.

Com a evolução tecnológica ao longo dos anos, se iniciando na Revolução Industrial, este cenário mudou: as roupas ficaram mais baratas. A industrialização aumentou o número de empregos na cidade, as pessoas poderiam trabalhar nas fábricas. Os trabalhadores começaram a ser incluídos no universo da moda. Além de ter uma inovação e início de um novo ciclo mais rápido, “Na Revolução Industrial você tem uma mudança mais rápida, pois tem o desenvolvimento tecnológico que permite uma produção maior, em menor tempo e que barateia também. Esse sistema da moda começa a girar mais rápido” – a jornalista explica.

Mas foi em 1840 que surgiram as primeiras grandes magazines da moda, tornando as inovações acessíveis para todos e se tornaram mecanismo de influência. A relação da mídia e da moda sempre foi bem estreita. Esses veículos de comunicação, após a nobreza, tiveram um importante papel social de influência, ditando as regras da moda, o que era certo ou errado, de bom gosto ou não.

Com o passar dos anos, essas magazines continuaram a existir e foram evoluindo para outras tecnologias. Passaram a ter destaques na fotografia e foi no cinema que grandes marcas da moda se promoveram. “A gente vê a influência das divas de Hollywood na moda. Essa influência é tão grande que chega um momento que os estilistas têm uma parceria com esses filmes” – segundo a doutoranda.

Já nos anos 70, ocorre o movimento de contracultura, como, por exemplo, o movimento hippie. Este estilo de roupa se tornou popular para época, mas só se tornou legítimo ao passar por um grande nome da moda. Um movimento que a população começa a ganhar voz para opinar sobre moda no espaço social: “a moda não vem só de cima para baixo, ela vem também da população, o movimento começa a ser apropriado pelos estilistas, e isso, hoje, ainda acontece bastante.”

Atualmente, os estilos da moda estão sofrendo grande influência, mas que se intensificam ainda mais com a ascensão das redes sociais, principalmente o Instagram, que é uma grande vitrine virtual. As blogueiras e influencers estão ajudando muito neste meio, como ressalta Cabral: “Um dos grandes impactos dessa mídia é que até então quem podia falar sobre moda eram as jornalistas, mas mesmo antes do Instagram, já com os blogs, essa autoridade da moda não fica restrita às revistas, agora o que a blogueira fala que é legal usar, é o que vai ser a grande sensação.”

Nessas redes sociais é perceptível que os perfis de moda que fazem maior sucesso são aqueles que existe uma supervalorização da moda de fora, principalmente estadunidense e europeia. A estudante de moda e influencer Laura Camargo, que utiliza bastante essas redes, exemplifica a questão dizendo que queremos nos parecer com as pessoas do exterior, apesar da cultura e o clima brasileiro serem totalmente



Campanha da Victoria's Secrets de 2014

© Reprodução



© Reprodução

Desfile da marca Dolce & Gabbana em 2018

diferentes. Ela continua afirmando que se frustra até com esta tendência das próprias “instagramers”, quando ocorre essa centralização do mundo da moda.

“Sobre a moda brasileira, eu acho que estamos perdendo um pouco da nossa da nossa cultura de moda, pelo menos eu não consigo agora imaginar uma tendência que eu falo ‘nossa tendência brasileira’, não tem uma tendência que roda o Brasil inteiro e que foi criada por um estilista brasileiro” – relata Camargo.

### A mídia e a moda na construção social dos corpos

Historicamente, a moda tem grande impacto sobre a sociedade e nesse período pandêmico não foi diferente, o surgimento de muitas tendências teve relação direta com a mudança brusca que a população sofreu. As pessoas começaram a utilizar roupas mais confortáveis assim como mais coloridas tentando deixar os dias mais leves em meio ao caos. “Recentemente, a gente vê uma volta da moda mais infantil com cores pastéis, bem colorido, acessórios com miçanga, uma cara bem infantil pra justamente a gente fugir dessa realidade que a gente está vivendo que é bem difícil para todo mundo.” – ressalta Laura.

Neste período de um ano foi perceptível a mudança no mercado visando o conforto. As marcas populares se adaptaram à quarentena e criaram propagandas que representaram como a população estava vivendo. “Eu acho que a moda é uma forma mais fácil de a gente tentar se aproximar da mídia. É mais fácil você se encaixar na moda do que se encaixar num padrão de corpo da mídia”, diz a estudante.

Um exemplo foram as duas últimas edições do Big Brother Brasil, nas quais as marcas viram uma oportunidade para aumentar as suas vendas. Para isso, promoveram ações no programa a fim de expor suas novas coleções, que levaram em consideração o conforto. O resultado foi

positivo, muitas peças usadas no programa esgotaram no mercado rapidamente. Mas para o público não se pode dizer o mesmo, pois alguns participantes do programa tinham cirurgias estéticas e apresentavam um padrão inatingível.

As mulheres sofrem mais com essa pressão. Campanhas como a da marca Victoria’s Secrets “O Corpo Perfeito” (The Perfect Body), de 2014, que apresentou apenas mulheres magérrimas, contribuem no estabelecimento e manutenção destes padrões. Enquanto outras marcas, como a Dove, que fez uma campanha similar em 2004, “Campanha pela real beleza”, levam em consideração a opinião de diferentes mulheres e quebrou estereótipos da época.

“Ainda tem uma parte muito conservadora que é uma cultura muito forte principalmente da magreza da moda”, relata Laura. Ao mesmo tempo em que a campanha da Dove foi inovadora, ela deixou a desejar em representatividade de algumas questões na primeira versão. Como é uma propaganda recorrente, a marca foi melhorando, os debates abordados nos comerciais aumentando e a representatividade também, colocando pessoas com corpos reais. Diferentemente da Dove, as grandes marcas do mundo da moda demoraram para começar a quebrar essas barreiras e aumentar a diversidade.

Nas passarelas o padrão ainda segue muito forte, e as modelos que não seguem esse estereótipo não têm espaço nas semanas de moda e desfiles. Elas têm recebido o devido reconhecimento principalmente nas redes sociais. “A justificativa desses grandes criadores da moda é que o corpo magro e alto, o caimento da roupa é melhor” diz a doutoranda. Esse é apenas um dos motivos que contribuem para esse conceito do corpo magro ser o ideal e servir de vitrine para novas tendências, diferentemente do que ocorre com o corpo gordo, em que as roupas *plus size* são feitas para escondê-lo.

### Perspectiva da moda no pós pandemia

Uma pesquisa da Consumoteca aponta que o momento atual de consumo se chama “Moda em Rede”. Com isso, as pessoas estão se interessando menos pela moda na passarela e se baseando no comportamento da internet. Uma macrotendência que pode modificar toda cadeia escalar da moda, ou seja, desde a produção até o consumo. “É uma coisa de hoje em dia, temos toda essa interação com o digital e isso acaba se refletindo” – aponta Cabral.

Em um mundo digitalizado, até roupa para este ambiente já existe. Primeiro com a sua criação para jogos, onde é possível a troca das vestimentas dos avatares, técnica que migrou para o ambiente de pessoas reais. Em abril de 2020, o cantor Travis Scott fez uma grande performance ao vivo no jogo *Fortnite* e teve mais de 12 milhões de espectadores. O seu look para este show? Somente roupas digitais, incluindo um tênis não físico da Nike. Outra revolução digital foi o desfile inédito da *Hanifa*, realizado em maio de 2020, que foi transmitido para o mundo inteiro em 3D e sem modelos. Para Gabriela as roupas digitais irão se manter em um cenário pós pandemia. “Acho que a pandemia vai mudar muito a forma como a gente lida com as coisas.”

Para Laura, existem caminhos diversos a se seguir no pós pandemia, podendo ter resquícios da moda mais confortável que está em alta durante a quarentena, assim como há a possibilidade de voltar com força as roupas mais formais e extravagantes, “Justamente para celebrar o momento que acabou, geralmente é assim que que acontece se a gente for olhar a história.”



© Reprodução/Instagram @hanifaofficial

Desfile da Hanifa transmitido em 3D em 2020

# Unidos pelo amor, separados pelo dinheiro: Superliga e a comercialização do futebol

Como a elitização do esporte segregou os torcedores e contrariou suas raízes

Por Arthur Pessoa, Giovanna Rahhal, Juca Oliveira e Maria Sofia Aguiar

Em 1863, no Reino Unido, quando o futebol foi criado pela e para a classe trabalhadora, o objetivo era o de entreter o povo e uni-lo. Anos se passaram, e o que antes era chamado de torcedor, tornou-se “consumidor”. Elitizando-se por todos os cantos do mundo, o esporte feito pela massa hoje é comandado pelos poderosos. “Tudo no capitalismo foi transformado em mercadoria. Tudo nele foi reduzido a um valor que pudesse ser medido em dinheiro”, diz o jornalista Gustavo Barreto, formado pela UFRJ, em texto-análise sobre Karl Marx.

Com o futebol não foi diferente. Dos estádios aos streamings, esse esporte se distancia cada vez mais do seu maior público e a globalização intensificou ainda mais esse processo. Com os grandes campeonatos do futebol mundial, como a Premier League (campeonato inglês), por exemplo, sendo transmitida em praticamente todos os países, os clubes acabam arrecadando mais dinheiro. Com isso, atraem desejos dos bilionários, que visam o futebol como um forte meio lucrativo.

Muitos clubes ficaram cegos pelo capital e pelo lucro, como é o caso do Manchester United, da Inglaterra. Desde que foi adquirido pela família Glazer, uma das mais ricas do país, em 2005, o time ficou ainda mais exclusivo às pessoas endinheiradas. Em 16 anos, retiraram 1,7 bilhões de libras do clube, muitas vezes para realizar investimentos não relacionados à

equipe, como aquisições de imóveis. Por ações como essa, os torcedores não simpatizam com os donos e realizaram protestos recentes exigindo a sua saída.

“A origem do clube é popular, sendo fundado pelos trabalhadores da linha férrea de Manchester. Sempre foi um clube de massa (semelhante ao Flamengo e Corinthians, no Brasil). O grande ‘x’ da questão é que o clube pertencia ao povo, mas quando foi comprado pelos Glazers, os torcedores fundaram um novo clube, o FC United of Manchester, em protesto ao domínio da família”, explicou Richard Klopp, administrador de uma das maiores páginas do Manchester United no Brasil, a MUFC BR, em entrevista ao **Contraponto**.

Somado a todos esses interesses, surgiu um outro obstáculo aos aficionados por futebol: a criação da Superliga Europeia. O projeto surgiu como oposição ao monopólio da UEFA e da FIFA e tinha como intuito uma competição anual envolvendo apenas um grupo exclusivo de clubes das principais ligas do continente, inspirado nos moldes da NBA e da Euroliga de basquete.

O campeonato contaria com vinte times (quinze membros fundadores mais 5 classificados, com base nos resultados de seus campeonatos nacionais) e sua principal motivação era financeira: os clubes fundadores receberiam juntos 3,5 bilhões de euros na primeira temporada, valor muito superior ao pago pela UEFA em suas competições.

O anúncio oficial da liga, em 18 de abril, gerou enorme indignação por parte

de clubes, jogadores, governantes, federações e, principalmente, torcedores. Após 48 horas de incessantes manifestações nas redes sociais e nas ruas, os seis clubes ingleses iniciaram a debandada e a queda da competição era iminente, depois que Milan e Inter de Milão se juntaram aos britânicos.

No momento, o torneio está suspenso, mas os membros restantes insistem em sua criação após uma reformulação. A UEFA e a FIFA seguem se posicionando contrárias, junto às federações e ligas nacionais, que agora estudam punições para os participantes.

“A Superliga é só um sintoma de algo maior que tem acontecido, querem deixar o espetáculo cada vez mais padronizado e comercializável”, avalia o jornalista da ESPN, Breiller Pires.

Essa “gourmetização” do futebol também aparece no preço tanto do ingresso quanto das camisetas de clubes, especialmente no Brasil. Em relação às camisas, em 2018, a ESPN trouxe o dado de que o preço de um uniforme do Palmeiras aumentou 20%, e o do Fluminense, 40%. Já no “ticket”, houve um aumento eminente no valor.

No Corinthians, por exemplo, os ingressos sofreram uma das maiores inflações da história. Quando o clube alvinegro decidiu o Campeonato Brasileiro de 2002 com o Santos, no Morumbi, a entrada média foi de R\$ 38,13. Em 2008, quando fez o primeiro jogo da final da Copa do Brasil contra o Sport, no Morumbi, o valor já era R\$57,99.



Torcedores do Chelsea em protesto contra Superliga – “O futebol pertence a nós, não a vocês”

© Getty Images



© Getty Images

Protesto de torcedores em estádio – “Feito pelos pobres e roubado pelos ricos”

No ano seguinte, novamente na final da Copa do Brasil, o time fez o primeiro jogo da decisão contra o Internacional, no Pacaembu. O ticket médio foi R\$ 77,24. Na Libertadores de 2012, diante do Boca Juniors, em um Pacaembu abarrotado de torcedores, o valor médio do ingresso foi R\$ 89,73.

Conseqüentemente, o público das partidas futebolísticas se tornou cada vez mais elitizado, excluindo os torcedores de menor renda. O mesmo ocorre com a inflação no valor das camisas, afastando os que não tinham condições de comprar o produto original e licenciado do clube.

Somado às despesas com ida aos estádios e ingressos, o torcedor também precisa se preocupar em onde poderá assistir aos jogos nas telinhas. Para um bom fã de futebol brasileiro, por exemplo, um dos momentos mais esperados é a junção dos melhores jogadores do país para formarem a Seleção. O patriotismo se instala e todos se reúnem para ver.

O obstáculo surge quando o telespectador liga a televisão e não pode torcer pela sua nação, pois a partida apenas será transmitida em streamings pagos. Nada de canais abertos. Tal situação ocorre em diversos campeonatos. Como um cidadão que recebe um salário-mínimo de R\$1100 poderá pagar por canais de streaming, que custam em média R\$ 30,00 mensais cada um?

Partindo do princípio de que o futebol feito para e pelo povo é assistido majoritariamente por ele, é incoerente o fato da existência de transmissões de jogos feitas após as 22h, como o que ocorreu nos Campeonatos Estaduais de 2021. Um cidadão, que trabalha 12 horas por dia, precisa de seu descanso para acordar cedo e retornar ao trabalho, não tendo disposição e tempo para assistir a um jogo que começa às 23h.

Entretanto, em um cenário onde o futebol pertence cada vez mais à elite financeira, há exemplos de resistências contra isso. Segundo o comentarista dos canais Fox Sports e ESPN, Rodrigo Bueno, o “futebol raiz” ainda vive em alguns locais no mundo.

“Eu poderia citar vários exemplos. Desde a torcida do endinheirado Manchester United, que usa verde e amarelo para lembrar com amor dos primórdios do clube e protestar contra os donos estrangeiros da equipe, até o Athletic Bilbao, que apenas aproveita atletas bascos e valoriza, sobretudo, a sua comunidade e suas raízes. Normalmente, nos lugares em que a economia não é tão forte ainda existe muito ‘futebol raiz’ [em referência a Egito, Marrocos, Irã, Argentina, etc], com estádios acanhados e precários, sem tecnologia e até mesmo sem transmissões de TV.”

O movimento contra a elitização do futebol também pode ser visto partindo do próprio clube, como é o caso do St. Pauli, da Alemanha. Um time mundialmente

conhecido por abraçar causas humanitárias, tendo defendido em seu próprio estatuto uma postura anti-homofobia, antirracismo, antimachismo e antinazismo.

Além disso, o clube apresenta uma caveira como símbolo oficial, para manifestar a luta dos pobres contra os ricos e dos trabalhadores contra os patrões. O clube acabou recebendo o apelido de “o clube mais comunista do mundo” e, devido aos maus olhares a essa alcunha, perde oportunidades de se tornar grande (em termos de resultados dentro de campo). Sua torcida e diretoria, porém, não se importam com isso, e creem que a verdadeira grandeza do clube é a de ser um exemplo humanitário a todos.

Outro caso é o do Club Desportivo Palestino, no Chile, que representa as causas palestinas desde sua fundação em 1920. A equipe é um símbolo de resistência internacional da região, sendo até mesmo uma “segunda seleção nacional” para a população. Em resumo, o time sempre sofreu forte preconceito em sua história. Inicialmente, uma repressão devido à religião oficial do país ter sido católica até 1925, em seguida, preconceitos vindos da comunidade judaica. Inclusive, a Federação de Futebol do Chile proíbe que a torcida do clube proteste em favor da Palestina; mesmo com as adversidades, não se intimidam e continuam sendo resistentes.

Ainda nessa contramão, o Bahia também se tornou grande símbolo dessa oposição com seus projetos. Desde a chegada do novo presidente, Guilherme Bellintani, em 2017, o clube vem fazendo ações que favorecem mais os torcedores – o que rendeu a reeleição do presidente em 2020.

Para citar algumas dessas ações, vale mencionar a iniciativa de vender cerveja a R\$1,00 nos arredores dos jogos, em protesto aos preços exorbitantes cobrados dentro do estádio. Além disso, a camisa “edição especial” em homenagem ao SUS, muito pedida pelos torcedores, foi colocada à venda por R\$99,00, enquanto os outros clubes do país costumam cobrar, em média, R\$250,00. O valor arrecadado com os royalties dos uniformes vendidos seriam revertidos na compra de materiais para uma unidade do SUS de Salvador.

O futebol já não é mais o mesmo e está longe de voltar a ser. Feito pelos pobres e roubado pelos ricos, o esporte amado por tanto, se transformou, mas ainda luta para preservar suas origens. “O direito de torcer e de ter acesso ao clube do coração vai sendo cerceado por esses novos formatos. É preciso buscar uma solução”, concluiu Breiller Pires.

# A nova realidade dos brasileiros no automobilismo mundial

*Mesmo com a maior exposição, a falta de patrocínios e de incentivos no esporte não facilita o ingresso dos pilotos no topo do esporte a motor*

Gianluca  
Petecof  
nas ruas  
de Mônaco



© Reprodução/Twitter @GianlucaPetecof

Por Gabriel Alberto e Laura Naito

Há 5 anos o Brasil não possui nenhum representante na Fórmula 1 – o último foi Felipe Massa, que encerrou sua carreira em 2017. Ainda existem brasileiros nas Fórmulas 2 e 3, que são as categorias de base de monoposto europeias. Porém, são poucos os que conseguem chegar ao topo do automobilismo mundial.

Sérgio Siverly, administrador do site Boteco F1, contou ao **Contraponto** sobre a dificuldade de ter brasileiros correndo, devido à falta de patrocínios, considerando também a pouca visibilidade de outras divisões. “Especialmente na Europa, sempre foi difícil [para os brasileiros] traduzirem o real para o euro, o dólar e a libra. Essa conversão torna-se inviável se igualar aos pilotos europeus que já possuem seus patrocínios nessas moedas”, explicou.

Outro ponto citado por Siverly é a falta de empresas brasileiras na Fórmula 1. A categoria já teve nomes como o Banco do Brasil, a Petrobras e até mesmo a Itaipava. Além disso, essas empresas preferem investir em mídias sociais, pois possuem um alcance maior e mais lucrativo do que patrocinar uma equipe ou um piloto.

Um caso recente dessa situação, foi o do piloto brasileiro Gianluca Petecof que, durante a pandemia, perdeu o patrocínio da Shell. O dinheiro causou impacto no final do ano, quando, mesmo após vencer a Fórmula Regional Europeia, ele não possuía mais o valor necessário para se bancar na F3.

Isso gerou grande revolta dos fãs do esporte aqui no Brasil. Nas redes sociais, subiram a hashtag #PetecofNaF3, tentando chamar a atenção de marcas para patrociná-lo e, conseqüentemente, para que ele pudesse continuar correndo. A tag foi o assunto mais comentado no Twitter.

Após a comoção do público, Petecof foi chamado pela equipe Campos para correr na F2, mas não poderá completar a temporada devido, novamente, à falta de patrocínio. Até o momento, não se sabe como será o futuro da carreira do piloto.

Na maioria das vezes, depois de perderem suas vagas nos campeonatos que dão acesso direto à Fórmula 1, os pilotos brasileiros buscam refúgios em outras categorias. A Fórmula Indy e a World Extreme CageFighting (WEC) são exemplos disso. Porém, o brasileiro Sérgio Sette Câmara, encontrou assento para correr apenas na competição de carros elétricos, a Fórmula E.

Mesmo tendo ingressado no programa de base da Red Bull, o piloto de testes da McLaren e reserva da equipe e da Alpha Tauri em 2020, Sette Câmara se firmou como piloto titular Dragon Racing, tendo como melhor posição um quarto lugar no Ad Diriyah E-Prix, na Arábia Saudita.

Outro caso como esse, é o de Pietro Fittipaldi, neto de Emerson Fittipaldi, bicampeão da Fórmula 1. Pietro, agora, corre na Fórmula Indy e continua correndo na F1, mas como piloto reserva da equipe americana Haas.

No ano passado, após o acidente de Romain Grosjean no GP do Bahrein, ele assumiu como o segundo piloto para as duas corridas restantes na temporada, GP do Sakhir e de Abu Dhabi, respectivamente. Sendo um piloto experiente, por conta de suas passagens pelas categorias secundárias do automobilismo, o brasileiro surpreendeu: chegou a ultrapassar seu companheiro de equipe, Kevin Magnussen, mas, por conta da estratégia, acabou ficando atrás do dinamarquês novamente.

Fittipaldi continua como reserva da Haas, mas hoje sua atenção é voltada para

a Indy. Correndo pela equipe Dale Coyne, seus primeiros resultados se mostraram impressionantes, colocando em seu currículo o melhor posicionamento de um estreante com a décima terceira posição no grid de largada na Indy 500.

Assim como a hashtag criada para Petecof ser promovido para a Fórmula 3, Fittipaldi contou com a ajuda do público para que ele pudesse correr na Haas nesse ano, no lugar de Nikita Mazepin. A tag usada foi #PietroNaHaas, mas não obteve sucesso. Essa comoção vista nas redes sociais, principalmente no Twitter, mostra como o automobilismo vem ganhando força novamente entre o público brasileiro.

Essas categorias menos conhecidas, criaram um jeito de aproximar o público das corridas, por meio de votações online em que poderiam, de fato, intervir nas provas. Na F1, por exemplo, no final de toda corrida se tem uma votação para os telespectadores elegerem o piloto que teve o melhor resultado em pista, chamam de “o Piloto do Dia”. Já na Stock Car, categoria de turismo brasileira, e na Fórmula E, são feitas votações antes das corridas: os fãs votam em seus pilotos favoritos, para que ganhem uma potência extra, denominada de Fan Push na Stock e de FANBOOST na FE.

A internet trouxe uma maior visibilidade para esses pilotos que tentam se consagrar no automobilismo, principalmente na F1. Porém, deixar sua marca na história é muito difícil. Mesmo com a maior exposição, a falta de patrocínios e de incentivos no esporte não facilita o ingresso dos pilotos no topo do esporte a motor.

Durante a entrevista, Sérgio Siverly conseguiu resumir a situação dos pilotos brasileiros: “O modo mais fácil de um brasileiro se manter na Europa, é também o mais difícil: conseguir um patrocínio internacional”.



© Reprodução/Instagram @pifitti

Pietro Fittipaldi em seu carro para a Indy 500 deste ano